

# O Léxico em diferentes perspectivas

EVERTON LOURENÇO  
DA SILVA MAXIMÓ  
ORG.





## O LÉXICO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

### ***Comissão Editorial***

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda  
Ma. Marcelise Lima de Assis

### ***Conselho Editorial***

Dr. André Rezende Benatti (UEMS)  
Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB)  
Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE)  
M. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA)  
Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA)  
Dr. Washington Drummond (UNEB)

Everton Lourenço da Silva Maximo  
**Organizador**

**O LÉXICO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS**



Catu, Ba  
2020

© 2020 by Editora Bordô-Grená  
Copyright do Texto © 2020 Os autores  
Copyright da Edição © 2020 Editora Bordô-Grená

Todos os direitos garantidos. É permitido o download da obra, o compartilhamento e a reprodução desde que sejam atribuídos créditos das autoras e dos autores. Não é permitido alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

*Editora Bordô-Grená*  
<https://www.editorabordogrena.com>  
[bordogrena@editorabordogrena.com](mailto:bordogrena@editorabordogrena.com)

*Projeto gráfico:* Gislene Alves da Silva  
*Capa:* Keila Lima de Assis  
*Editoração e revisão:* Editora Bordô-Grená

DADOS INERTANCIONAIS DE CATALOÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB5-1549

L679

*O léxico em diferentes perspectivas:* [Recurso eletrônico]: /  
Organizador Everton Lourenço da Silva Maximo. – Catu: Bordô-  
Grená, 2020.

1751kb, 124fls.il:

Livro eletrônico  
Modo de acesso: Word Wide Web  
<[www.editorabordogrena.com](http://www.editorabordogrena.com)>  
Incluem referências

ISBN: 978-65-87035-24-6 (e-book)

1. Gramática. 2. Linguagens. 3. Linguística. Título.

CDD 469.2  
CDU 806.90

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO <i>Everton Lourenço da Silva Maximo</i>	9
O PROBLEMÁTICO USO DO TERMO PALAVRA E SUA SUBSTITUIÇÃO POR UM SISTEMA DE NOÇÕES ESPECIALIZADAS <i>Everton Lourenço da Silva Maximo</i>	11
LEXICOMETRIA: UMA BREVE REVISÃO TERMINOLÓGICA <i>Saulo Cunha de Serpa Brandão e Valdirene Rosa da Silva Melo</i>	27
OS DICIONÁRIOS FUNDADORES DA LEXICOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA <i>Marcelo Sabino Luiz</i>	46
VAMOS CONSTRUIR? CONSIDERAÇÕES SOBRE O GLOSSÁRIO DO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES: REGISTRANDO O LÉXICO ESPECIALIZADO <i>Bruna Giovanna Oliveira Costa, Theciana Silva Silveira e Luís Henrique Serra</i>	61
CONTRATOS JURÍDICOS: QUANDO A LINGUAGEM EXCLUI OS SEUS LEITORES <i>Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira e Alexandre Xavier Lima</i>	80
O FALAR REGIONAL/POPULAR DO ESCRITOR ARIANO SUASSUNA NA OBRA O SANTO E A PORCA <i>Uélida Dantas de Oliveira</i>	94
O LÉXICO INDIVIDUAL E O ENSINO DE VOCABULÁRIO NA AULA DE PLE <i>Davi Albuquerque</i>	106
SOBRE AUTORAS E AUTORES	120
SOBRE O ORGANIZADOR	123



## APRESENTAÇÃO

Os estudos lexicais apresentam uma ampla variedade de abordagens, enfoques e campos de atuação. As mais variadas áreas, a lexicografia, a lexicologia, a terminologia, a toponímia, entre outras têm sido fontes de trabalhos de grande relevância no cenário dos estudos linguísticos. Levando em conta tal realidade, esta objetivou reunir trabalhos que estudem o componente lexical a partir dos mais variados enfoques.

O primeiro capítulo, *O problemático uso do termo palavra e a sua substituição por um sistema de noções especializadas*, de autoria de Everton Lourenço da Silva Maximo, aborda o status do conceito de palavra, buscando analisar diferentes pontos de vista a cerca de sua definição, questionando a pertinência de seu emprego em estudos linguísticos. O autor, ainda, apresenta um sistema de noções especializadas, que cobrem de forma mais eficiente os distintos significados que têm sido atribuídos ao termo *palavra*.

O segundo capítulo, *Lexicometria: uma breve revisão terminológica*, de autoria de Valdirene Rosa da Silva Melo e Saulo Cunha de Serpa Brandão, apresenta os conceitos básicos da Lexicometria com o objetivo de auxiliar tanto professores, quanto iniciantes, condensando em um único texto informações que se encontram dispersas em outras obras, muitas das quais em língua estrangeira.

O terceiro capítulo, *Os dicionários fundadores da lexicografia luso-brasileira*, de autoria de Marcelo Sabino Luiz, apresenta a tradição lexicográfica luso-brasileira, através da observação da evolução dos dicionários de língua portuguesa, evidenciando a colaboração entre Portugal e Brasil na construção de uma Lexicografia mista.

O quarto capítulo, *Vamos construir? Considerações sobre o glossário do técnico em edificações: registrando o léxico especializado*, de autoria de Bruna Giovanna Oliveira Costa, Theciana Silva Silveira e Luís Henrique Serra, traz a busca pela produção de uma ferramenta de estudos que reúna o léxico especializado do universo do Técnico em Edificações, a partir de uma pesquisa bibliográfica dos textos técnicos da área de edificações presentes na

ementa das disciplinas ofertadas no Curso Técnico em Edificações do IFMA.

O quinto capítulo, *Contratos jurídicos: quando a linguagem exclui os seus leitores*, de autoria de Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira e Alexandre Xavier Lima, analisa questões em torno dos usos discursivos do gênero contrato de plano de saúde, caracterizado pela ativação de muitos saberes, próprios de profissionais em suas áreas específicas de atuação, como os advogados, economistas e médicos, o que pode caracterizar uma prática excludente com relação aos leitores, que muitas vezes não têm acesso aos saberes necessários para uma adequada compreensão de textos desse gênero.

O sexto capítulo, *O falar regional/popular do escritor Ariano Suassuna na obra O Santo e a Porca*, de autoria de Uélida Dantas de Oliveira, traz uma análise da obra *O Santo e a Porca*, de Ariano Suassuna, na qual são estudadas expressões regionais contidas na obra. A autora desenvolveu, ainda, um vocabulário regional formado pelas expressões selecionadas no livro.

Por fim, o sétimo capítulo, *O léxico individual e o ensino de vocabulário na aula de PLE*, de autoria de Davi Albuquerque, discute o uso do dicionário e outras técnicas e estratégias de aprendizagem na aula de Português Língua Estrangeira (PLE), apresentando também uma proposta de atividade comunicativa que contemple tanto o uso do dicionário, quanto a aprendizagem do vocabulário na sala de aula de PLE.

Como se pode notar, a obra *O léxico em diferentes perspectivas* atingiu o seu objetivo de apresentar variadas abordagens dos estudos do componente lexical. Esperamos, portanto, que este livro traga uma contribuição para o campo e para o enriquecimento do leitor. Ficam, então, os votos de uma boa leitura.

Everton Lourenço Maximo

# O PROBLEMÁTICO USO DO TERMO *PALAVRA* E SUA SUBSTITUIÇÃO POR UM SISTEMA DE NOÇÕES ESPECIALIZADAS

Everton Lourenço da Silva Maximo

## INTRODUÇÃO

A palavra é uma unidade de análise linguística utilizada em diversos contextos de estudo, desde o ensino escolar até o discurso científico especializado. Esta unidade é também bastante intuitiva para os falantes, que normalmente conseguem isolá-las a partir do fluxo contínuo da fala. Apesar disso, a definição de palavra se mostra bastante difícil, apresentando tentativas diversas por parte dos linguistas, sem que se tenha chegado a um consenso.

Como afirma Rosa (2005, p. 74), “utilizamos o termo palavra, cotidianamente, como uma noção oriunda da escrita, que se aplica também à fala”. Por conta disso, começaremos nossa investigação com algumas considerações a partir da escrita. Neste âmbito, pode-se definir palavra como uma sequência delimitada por certos tipos de separadores, como espaços em branco, sinais de pontuação ou quebras de linha (BASÍLIO, 2004a; ROSA, 2005). Vejamos o exemplo abaixo:

(1) A menina comprou um caderno.

Aplicando a definição acima, encontramos cinco unidades nesta sentença, às quais chamaremos de palavras gráficas. Qualquer falante de português provavelmente não teria dificuldade para chegar à mesma conclusão. Contudo, nem sempre as convenções da língua escrita refletem a intuição dos falantes. Por exemplo, as formas *em cima* e *embaixo* apresentam um tratamento ortográfico distinto. A forma sublinhada em ambos os casos se trata da preposição *em* ligada às palavras *cima* e *baixo*, que podem ocorrer como palavras independentemente da preposição. Além

disso, em ambos os casos, a expressão é pronunciada da mesma maneira, com o elemento *em* apoiando-se no acento das formas *cima* e *baixo*. Assim, a decisão de se deixar ou não um espaço em branco entre a preposição e as palavras *cima* e *baixo* parece arbitrária. Casos como esse comprovam a existência de desencontros entre a intuição dos falantes e as regras da escrita, uma vez que, a partir da nossa definição de palavra gráfica, devemos reconhecer duas palavras na forma *em cima*, mas apenas uma na forma *embaixo*. Por outro lado, muitos falantes reconhecem somente uma palavra em ambos os casos, razão pela qual não é incomum que se encontre grafada a forma “encima” no lugar da locução.

Tendo em vista que a língua escrita possui regras próprias, que muitas vezes estão dissociadas da realidade da língua falada, e que aquela é, na verdade, apenas uma representação desta, concordamos com Rosa (2005, p. 74), que considera a escrita “como parte de outro estudo, o dos recursos expressivos particulares que a representação gráfica torna disponíveis”. Além disso, a escrita não só não acompanha, em muitos casos, a intuição do falante, como também sequer é necessária para que este identifique as palavras de sua língua, tal como atesta Sapir (1921, p. 34-35)<sup>1</sup>:

em regra, não há a menor dificuldade em trazer a palavra à consciência como uma realidade psicológica. Não se pode desejar um teste mais convincente do que este: o indígena ingênuo, bastante desacostumado ao conceito de palavra escrita, não apresenta, no entanto, dificuldade séria em ditar um texto a um estudante de linguística, palavra por palavra; ele tende, é claro, a juntar suas palavras como na fala real, mas se for chamado a parar e for levado a entender o que é desejado, poderá facilmente isolar as palavras como tal, repetindo-as como unidades. Por outro lado, ele regularmente se recusa a isolar o elemento radical ou gramatical, alegando que ‘não faz sentido’.

---

<sup>1</sup> Em todas as citações de obras em língua estrangeira a tradução é nossa.

Diante disso, neste trabalho trataremos do status da palavra na língua falada, buscando analisar diferentes pontos de vista a cerca de sua definição, além de analisar os variados termos empregados como sinônimos de ou como alternativas à palavra. Então, será questionada a pertinência do uso deste termo nos estudos linguísticos, e será proposta a sua substituição por um sistema de noções especializadas, que cubram de forma mais eficiente os distintos significados que lhe têm sido atribuídos. Com isso, objetivamos ensinar uma reflexão a respeito da importância do emprego coerente e, o máximo possível, unificado dos termos na descrição linguística, de modo a auxiliar estudantes de letras, pesquisadores e todos os interessados nos estudos de linguística em geral, especialmente no que se refere à lexicologia.

## CONSTRUINDO CONCEITOS: OS TIPOS DE PALAVRAS

Como vimos, a palavra é uma entidade intuitiva para os falantes, mesmo aqueles pertencentes a culturas ágrafas. Apesar dessa aparente simplicidade, esta é uma unidade linguística de difícil definição, uma vez que “diferentes abordagens sobre o que é uma palavra convergem na mesma unidade em muitos casos, noutros não, o que tem sido causa de grandes controvérsias” (AZUAGA, 1996, p. 218). Biderman (1999, p. 81) aponta que, em face das peculiaridades das diferentes línguas, não existe uma definição universal, de modo que esta deve ser feita língua a língua. Por sua vez, Martinet (1980, p. 115) diz que, mesmo quando se busca definir a palavra dentro de uma determinada língua, “a aplicação de critérios rigorosos, em geral, leva a análises que raramente concordam a respeito do emprego vigente do termo”. Azuaga (1996, p. 219) afirma que esse problema decorre do fato de “a palavra *palavra* não ser um termo científico, mas emprestado do vocabulário corrente”.

Apesar de toda essa dificuldade teórica, o conceito de palavra continua sendo utilizado em diversos trabalhos de gramática e de linguística. Gonçalves (2019, p. 14), por exemplo, afirma que este conceito é “o centro do interesse da morfologia”. Já Bubenik (1999, p. 13) diz que “trabalhando no campo da fonologia ou da sintaxe, seria impossível declarar

uma série de generalizações significativas sem referência à noção da palavra”; e, já que a análise gramatical inclui a decomposição de sentenças em palavras e de palavras em morfemas, “a palavra é simplesmente a unidade por excelência da análise gramatical como ponto final na sintaxe e como ponto inicial na morfologia”. Dito isso, comecemos a nossa aproximação do conceito de palavra a partir do exemplo abaixo.

(2) Agenor adora mel.

Podemos analisar cada palavra desse período de um ponto de vista fonológico, dizendo, por exemplo, que há um palavra formada por apenas uma sílaba (*meʎ*) e duas compostas por três; ou que *mel* é formada por apenas três fonemas; ou, ainda, que *Agenor* é oxítone, *adora* é paroxítone e *mel* é um monossílabo tônico. Assim, podemos nos referir à palavra como um conjunto de fonemas, sílabas e traços suprasseguintais (MATTHEWS, 1974; ROSA, 2005). Nesta perspectiva, temos a *palavra fonológica*, a qual Aronoff e Fudeman (2011, p. 40) definem como “uma sequência de sons que se comporta como uma unidade em relação a certos tipos de processos fonológicos, especialmente o acento”.

Os clíticos representam um desafio a essa concepção, uma vez que, pela falta de acento próprio, ligam-se ao acento de uma unidade adjacente com a qual passam a constituir uma única palavra fonológica, embora sejam palavras distintas do ponto de vista morfológico (CAMARA JR., 1970). Vejamos o exemplo abaixo.

(3) Está aqui o cantor da banda.

Em (3), a sequência *o cantor* constitui fonologicamente uma unidade formada por três sílabas [u.kã.ˈtor]. Contudo, do ponto de vista morfológico, a mesma sequência apresenta duas unidades. Assim, a definição de Aronoff e Fudeman (2011) cria um descompasso na

---

<sup>2</sup> Utilizaremos a forma gráfica da palavra mesmo quando nos referirmos ao plano fonológico, reservando a transcrição fonética somente para os casos em que for indispensável.

delimitação da palavra nos planos fonológico e morfológico. Basílio (2004b, p. 16) apresenta outra definição para a palavra fonológica: “uma sequência fônica que ocorre entre pausas potenciais”; porém, os falantes normalmente não fazem pausa a cada unidade<sup>3</sup>, como no caso de (3), no qual o artigo é pronunciado como uma sílaba pretônica, e não como uma palavra em si. Além disso, em sequências como *os outros* [u.‘zo.truʃ], ocorre o fenômeno da juntura, de modo que há um apagamento da fronteira entre as palavras (ROSA, 2005). Mesmo que a definição fale em “pausas potenciais” e não necessariamente efetivas, Rosa (2005, p. 77) aponta que “se enunciada bem lentamente, no entanto, uma frase poderia apresentar pausas também nas suas sílabas”. Ademais, podem ocorrer pausas que não marcam a fronteira de palavra, mas que se dão por questões de desempenho.

Tomemos, agora, o exemplo abaixo.

(4) Você viu o que eu vi?

Aplicando o conceito de palavra fonológica, diremos que *viu* e *vi* são duas palavras distintas, uma vez que constituem conjuntos diferentes de fonemas. Contudo, em outro sentido, pode-se dizer que *viu* e *vi* são a mesma palavra, ou melhor, duas formas da mesma palavra. Nesse segundo sentido, o termo palavra não se refere mais a uma unidade sonora, mas a uma unidade abstrata, que reúne diferentes possibilidades de realizações concretas. A essa unidade abstrata chamamos de *lexema*, que pode ser definido como a unidade fundamental do léxico, que subjaz a um conjunto de variantes gramaticais. Assim, o lexema VER<sup>4</sup> é a unidade subjacente a um extenso grupo de formas flexionadas, tais como: vejo, vês, vistes, viremos, veja, víssemos etc. Para denominar as possíveis variantes de um mesmo lexema, usamos o termo *forma de palavra*, definido como uma forma

---

<sup>3</sup> Rosa (2005, p. 77) afirma que em média o falante faz pausas a cada cinco ou seis palavras.

<sup>4</sup> Na literatura linguística, os lexemas são normalmente representados com a fonte em caixa-alta ou versaleta. Neste trabalho, adotamos a segunda opção.

fonológica (ou gráfica) que pode ocorrer isoladamente e constitui uma ocorrência particular das várias possibilidades de materialização de um lexema (AZUAGA, 1996). O número de formas de palavra de cada lexema varia; por exemplo, para o lexema GAROTO temos quatro formas de palavra (garoto ~ garotos ~ garota ~ garotas), para o lexema CARRO temos duas (carro ~ carros) e para o lexema LÁPIS, apenas uma (lápis).

É comum que se relacione o lexema às entradas de um dicionário, uma vez que, por exemplo, a entrada *ver* representa todas as variações flexionais que o verbo apresenta. Alguns autores chegam mesmos a tratar os dois termos como sinônimos (AARTS; CHALKER; WEINER, 2014; CRYSTAL, 2010; LAROCA, 2003). Contudo, convém fazer a distinção entre os conceitos, uma vez que aquilo que se encontra nas entradas de dicionários não são lexemas, mas trata-se da *forma de citação*, uma forma de palavra que, por uma questão metalinguística, se escolheu para representar determinado lexema (AZUAGA, 1996; ROSA, 2005; ARONOFF; FUDEMAN, 2011). Corrobora essa posição o fato de que na comparação entre diferentes línguas, notamos uma variação em termos da forma de palavra escolhida para representar um lexema nos dicionários. Por exemplo, os verbos são referidos em português pelo infinitivo não flexionado, em inglês pelo infinitivo sem “to” (*bare infinitive*), em latim pela primeira pessoa do presente do indicativo ativo e em sânscrito pela raiz.

O termo palavra pode ainda expressar outro conceito. Vejamos o seguinte exemplo.

(5) A menina ama sua ama.

As duas ocorrências da forma *ama* na sentença (5) correspondem à mesma palavra fonológica, uma vez que são formadas por sequências idênticas de fonemas e sílabas. Porém, uma vez que a primeira forma é um verbo e a segunda é um nome, temos dois lexemas envolvidos: AMAR e AMA. Esse é um caso típico de homonímia, em que lexemas distintos são materializados por formas de palavra que são foneticamente idênticas. Um caso diferente pode ser visto no próximo exemplo.

(6) Ela não me amava como eu a amava.

As duas ocorrências da forma *amava* correspondem à mesma palavra fonológica, porém, ao contrário de (5), não temos dois lexemas, mas duas formas do mesmo lexema (*AMAR*), ou seja, as duas formas são consideradas a mesma palavra no plano do léxico. Este é um caso de sincretismo, isto é, “a ausência de manifestação material, numa seção de um paradigma ou em um paradigma, de uma distinção de conteúdo que, em outras seções do mesmo paradigma ou em outros paradigmas análogos, se manifesta também materialmente” (BECHARA, 2006, p. 345). Por outro lado, em outro sentido é possível dizer que as duas ocorrências da forma *amava* são palavras diferentes. Isso porque a primeira se refere à terceira pessoa do singular do imperfeito do indicativo, ao passo que a segunda se refere à primeira pessoa do singular do imperfeito do indicativo, constituindo formas gramaticais diversas. A essa noção que o termo palavra pode expressar chamamos de *palavra gramatical* (ou *morfossintática*), que pode ser definida como um dado lexema acrescido de determinadas propriedades morfossintáticas, tais como tempo, modo, número e pessoa (ROSA, 2005), ou seja, “uma das formas de um lexema, tal como ela ocorre num dado enunciado” (AZUAGA, 1996, p. 222).

Como já foi possível vislumbrar, não há um perfeito isomorfismo entre a palavra fonológica e a palavra gramatical, como no caso do exemplo (5) em que a forma *ama* corresponde em suas duas ocorrências à mesma palavra fonológica, mas a duas palavras gramaticais. A ausência de isomorfismo pode ocorrer mesmo quando temos uma única ocorrência da mesma forma, como no exemplo utilizado por Matthews (1974, p. 31), reproduzido em (7).

(7) *Arma virumque cano* (“Eu canto as armas e o varão”) <sup>5</sup>

Seguindo o padrão acentual do latim clássico, a forma *virumque* constitui uma única palavra fonológica<sup>6</sup>, fato que se reflete na ortografia.

---

<sup>5</sup> Trata-se da primeira sentença da *Eneida* de Virgílio.

Contudo, morfológicamente, distinguem-se dois elementos: o nome *virum* (“varão”) e a conjunção aditiva, expressa pela partícula enclítica *-que*. Assim, neste contexto, a forma *virum-* não constitui uma palavra fonológica, embora seja uma palavra gramatical.

Chegamos, então, a três significados possíveis para o termo *palavra*: no âmbito da fonologia, temos a palavra fonológica; no âmbito da morfossintaxe, temos a palavra gramatical (ou morfossintática) e, no âmbito do léxico, temos o lexema. E não é raro que haja um desencontro entre os três conceitos, como vemos em (8).

(8) Faça o que você deve fazer antes que outro o faça.

Com relação aos elementos destacados em (8), no plano do léxico há apenas uma palavra, isto é, apenas um lexema (FAZER); no plano fonológico, há duas palavras fonológicas e, no plano morfossintático, três palavras gramaticais.

## A QUESTÃO DOS COMPOSTOS

Em face das dificuldades de definição de palavra, Aronoff e Fudeman (2011, p. 38) apresentam algumas propriedades que podem ser usadas para ajudar na identificação da palavra no plano morfossintático.

A primeira delas corresponde ao fato de que, ao contrário das sentenças, as palavras apresentam ordem fixa dos seus elementos

---

<sup>6</sup> Em linhas gerais, no padrão acentual do latim não existem oxítonas, de modo que as palavras são paroxítonas (se a penúltima sílaba for longa) ou proparoxítonas (se a penúltima sílaba for breve). Na palavra *virum* (vi-rum), a sílaba tônica é a primeira; já na forma *virumque* (vi-rum-que), a sílaba tônica passa a ser a segunda. Então, se a forma *virum-* fosse tomada isoladamente, neste contexto, como uma palavra fonológica, seria uma oxítona, quebrando o padrão acentual da língua. Portanto, o avanço do acento da primeira para a segunda sílaba é uma evidência de que, fonologicamente, a forma *virumque* constitui uma única palavra, com acento na penúltima sílaba, respeitando os padrões acentuais do latim.

constituintes. Embora com maior ou menor liberdade a depender de cada língua, os elementos constituintes da sentença podem ter sua ordem alterada, ao passo que a alteração do arranjo dos morfemas de uma palavra gera uma sequência agramatical, como vemos em (9).

(9)

- (a) Infelizmente ela perdeu a hora.
- (b) Ela infelizmente perdeu a hora.
- (c) \*mentefelizin ela perdeu a hora.

A segunda propriedade é a coesão interna, que pode ser verificada de duas formas. A primeira delas através da integridade, isto é, o fato de que a sintaxe não pode manipular os elementos constituintes da palavra, movendo, por exemplo, apenas alguns elementos de uma determinada palavra, como vemos em (10). Além disso, temos a inseparabilidade, isto é, o fato de que as palavras não admitem a colocação de material interveniente, como vemos em (11).

(10)

- (a) Ele fará tudo rapidamente.
- (b) \*Rapida- ele fará tudo -mente.

(11)

- (a) Tomarei um banho quente.
- (b) \*Tomarei um baquentenho.

Essas propriedades são importantes para analisarmos casos como o do elemento destacado em (12).

(12) João é um pão-duro.

O elemento *pão-duro* pode ser decomposto em duas formas, *pão* e *duro*, referentes aos lexemas PÃO e DURO, e que podem funcionar como palavras gramaticais independentes em outros contextos, como em “pão velho” e “cimento duro”. Semanticamente, o comportamento dessas construções é bastante diferente. O significado dos sintagmas “pão velho” e “cimento duro” é construído composicionalmente, de modo que *pão* e *duro* contribuem com seu significado habitual para o significado do todo. Já *pão-duro* em (12) tem um significado não composicional, em que *pão* não

significa um tipo de alimento e *duro* não significa sólido ou inflexível. Neste caso, ocorre que os lexemas PÃO e DURO se combinaram para formar um novo lexema PÃO-DURO. O status de unidade pode ser comprovado pelo fato de as três propriedades acima apresentadas serem encontradas na forma *pão-duro*: a ordem fixa dos elementos (13b), a integridade (13c) e a inseparabilidade (13d).

(13)

(a) João é um pão-duro.

(b) \*João é um duro-pão.

(c) \*Um pão João é duro.

(d) \*João é um pão-muito-duro.

Conforme ocorre com o *pão-duro*, compostos podem apresentar significado não composicional, como *carro-chefe* e *carta branca*. Porém, são comuns os compostos cujo significado é mais transparente, como *caixa-eletrônico* e *couve-flor*, em que temos uma relação de subordinação entre os elementos, criando um hipônimo do núcleo; ou em compostos *dvandva*, como *surdo-mudo* e *cirurgião-dentista*, em que há uma relação de coordenação entre os elementos.

É importante ressaltar que o hífen não pode ser usado como um critério seguro para o reconhecimento dos compostos, uma vez que, como aponta Camara Jr (1970, p. 38), “o emprego desse sinal gráfico é incoerente e confuso”, pois “as convenções da língua escrita, a esse respeito, como a muitos outros respeitos, não são firmes em face de realidade linguística que dimana da língua oral”. Por exemplo, a expressão “cesta básica”<sup>7</sup> é um nome composto, ainda que não haja hífen ligando seus elementos. Se compararmos essa expressão com outra como “cesta bela” e aplicarmos os critérios de ordem fixa (14), integridade (15) e inseparabilidade (16), fica

---

<sup>7</sup> No sentido de “grupo de bens essenciais à subsistência de uma família de quatro pessoas durante um mês, composto de itens alimentares básicos, higiene e limpeza” (HOUAISS, 2009).

evidente que “cesta básica” é uma unidade lexical, ao passo que “cesta nova”, não.

(14)

(a) \*Uma básica cesta

(b) Uma bela cesta

(15)

(a) \*Uma cesta que é básica.

(b) Uma cesta que é bela.

(16)

(a) \*Uma cesta muito básica

(b) Uma cesta muito bela

Neste ponto, é interessante atentarmos para o conceito de *lexia*, apresentado por Pottier (1972). A *lexia* pode ser definida como a manifestação concreta de um *lexema*, ou seja, a forma que ele assume no discurso (BIDERMAN, 1984; LAROCCA, 2003). Assim, lidamos com dois termos de instâncias diferentes: o *lexema* no âmbito abstrato do léxico e a *lexia* no âmbito concreto do discurso.

Para Pottier (1972) podemos ter três tipos de *lexia*: a simples, a composta e a complexa. A *lexia* simples seria aquela formada por uma única unidade; já as *lexias* compostas e complexas seriam formadas por mais de uma unidade. A diferença entre esses dois últimos tipos estaria no grau de integração léxica, de modo que as *lexias* complexas seriam aquelas ainda em vias de lexicalização (CUNHA, 2019, p. 24). Alguns autores, como Biderman (1999), diferenciam esses dois tipos pelo uso do hífen; porém, como já vimos, esse é um critério pouco seguro. Por sua vez, Cunha (2019) defende que não há razão para diferenciar os dois tipos, de modo que deveriam ser reunidos em um único tipo de *lexia*. Martins (2002, p. 4), seguindo a mesma linha, diz:

Se olharmos para os vocábulos *cesta básica* e *guarda-roupa*, ambos se apresentam de forma binária. Quanto ao critério semântico, ambos os vocábulos são monossêmicos, indissociáveis, não permitindo uma quebra estrutural. Não vemos, então, razão para se ter uma classificação diferente para os vocábulos mencionados.

Vamos adotar a dicotomia simples e complexo, como fazem Cunha (2019) e Martins (2002), de modo que podemos dizer que existem lexemas simples (PÃO, DURO, CESTA e BÁSICO) e lexemas complexos (PÃO-DURO e CESTA BÁSICA), que são realizados discursivamente por lexias simples e complexas, respectivamente.

Vale ressaltar que a delimitação de unidades lexicais complexas é uma tarefa bastante difícil, pois, como ressalta Biderman (2005, p. 747), “não existem critérios teóricos abrangentes e bem estabelecidos para o reconhecimento das unidades complexas de um idioma”<sup>8</sup> e, além disso, “os falantes muitas vezes discordam sobre o grau de cristalização” das combinatórias lexicais, de modo que “as fronteiras de demarcação do que já está estocado no tesouro lexical da língua e o que é combinatória discursiva são fluidas”.

Em face da complexidade do assunto e dos limites deste trabalho, consideraremos, de modo simplificado, que lexias complexas são “aquelas caracterizadas por se comporem de mais de um segmento cuja combinatória não possa ser alterada” (CUNHA, 2019, p. 25), compreendendo a não possibilidade de alteração da combinatória a partir dos três critérios apresentados acima: ordem fixa, integridade e inseparabilidade.

## UM SISTEMA DE NOÇÕES ESPECIALIZADAS

Os problemas em torno da palavra não se restringem à sua classificação, mas também englobam uma profusão terminológica, uma vez que, ao lado de palavra, há termos como vocábulo, lexema, unidade lexical, item lexical, lexia, listema, entre outros (LENHARO, 2016). Além disso,

---

<sup>8</sup> Haspelmath (2002, p. 161) apresenta nove critérios de diferenciação entre compostos e sintagmas livres, chegando à conclusão de que, embora possamos alcançar alguma distinção entre esses elementos, “nem todos os critérios são aplicáveis a todas as línguas e a todos os compostos”, resignando-se com o fato de que “provavelmente teremos que viver com alguma indeterminação”.

ocorre que ora termos distintos são usados para o mesmo conceito, ora conceitos diversos são referidos pelo mesmo termo, a depender do autor.

Por exemplo, os termos *lexema* e *lexia* – que tratamos como a entidade lexical abstrata e sua concretização no discurso, respectivamente – podem ser tomados ambos como unidades abstratas, seja como sinônimos (VARÓ; LINARES, 1997), ou com o *lexema* sendo um tipo de *lexia* (POLGUÈRE, 2018). Semelhantemente, os termos *palavra* e *vocábulo* podem ser entendidos como sinônimos (BIDERMAN, 1999), ou como conceitos distintos, sendo a *palavra* uma unidade abstrata (sinônima de *lexema* e *lexia*) e o *vocábulo* uma unidade concreta do discurso (BORBA apud LENHARO, 2016).

Tendo em vista essa situação, buscaremos estabelecer um pequeno conjunto de noções e termos específicos que possam substituir o conceito ambíguo de *palavra*, evitando confusões conceituais e terminológicas. As duas primeiras noções desse sistema já foram apresentadas na seção anterior: o *lexema* e a *lexia*. Continuaremos, então, a partir do exemplo abaixo.

(17) Como acabaram as rosas vermelhas, comprei as rosas.

Em (17) as duas ocorrências da forma *rosas* apontam para significações diferentes, ou seja, são *lexias* relacionadas a *lexemas* distintos. Temos, portanto, o *lexema* ROSA<sub>1</sub>, que designa a flor da roseira, e o *lexema* ROSA<sub>2</sub>, que designa um tipo de cor que se assemelha à de algumas flores da roseira. Casos assim evidenciam a possibilidade de certos *lexemas* estarem formal e semanticamente relacionados, apresentando as mesmas formas de *palavra* e uma inter-relação semântica especial (POLGUÈRE, 2018). A um conjunto de *lexemas* que apresentam essas propriedades vamos chamar de unidade lexical. Vejamos, como exemplo, a unidade lexical MANIFESTAÇÃO, que, segundo Houaiss (2009), encerra sete *lexemas*.

(18)

(a) MANIFESTAÇÃO<sub>1</sub> – ato de dar a conhecer, de revelar

(b) MANIFESTAÇÃO<sub>2</sub> – ato de exprimir-se, pronunciar-se publicamente

(c) MANIFESTAÇÃO<sub>3</sub> – reunião de pessoas em lugar público para defender uma causa

- (d) MANIFESTAÇÃO<sub>4</sub> – ato de deixar transparecer um sentimento em sua atitude
- (e) MANIFESTAÇÃO<sub>5</sub> – sintoma que revela uma moléstia ou perturbação funcional
- (f) MANIFESTAÇÃO<sub>6</sub> – meio por que entidade sobrenatural se mostra no mundo sensível
- (g) MANIFESTAÇÃO<sub>7</sub> – incorporação de um ser espiritual no corpo de um médium

Em casos como este temos uma unidade lexical polissêmica, e cada um de seus lexemas é chamado de acepção. Sendo assim, os verbetes de um dicionário são descrições de unidades lexicais e as acepções são os lexemas formal e semanticamente relacionados que compõem essas unidades. Há, também, a possibilidade, já aludida anteriormente, de que dois lexemas sejam realizados por lexias idênticas sem que haja uma relação semântica entre eles, caracterizando um caso de homonímia.

Com os conceitos até aqui apresentados estabelecemos para o campo da lexicologia um sistema simples de noções especializadas que podem substituir o termo *palavra*, demasiadamente impreciso e ambíguo. Assim, podemos nos referir a dois elementos de nível abstrato (unidade lexical e lexema) e a um nível elemento de nível concreto (lexia), que se misturam quando é empregado o termo *palavra*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o conceito de palavra é bastante problemático, pois pode ser encarado em níveis de análise distintos, como o fonológico, o gramatical e o lexical, gerando definições distintas. E, mesmo quando apreciado num mesmo nível, pode apresentar noções distintas de autor para autor. Essa variação a partir do nível de análise também enseja uma dificuldade na delimitação da palavra, problema que se mostra ainda mais acentuado no caso dos compostos.

Por conta disso, muitos outros conceitos foram apresentados por diferentes linguistas, a fim de se evitar a ambiguidade do termo palavra, tais como: vocábulo, lexema, unidade lexical, item lexical, lexia, listema. Isso

gerou, como consequência negativa, uma confusão terminológica, de modo que, a depender do autor, alguns desses termos podem ou não ser sinônimos, variando também qual deles pode ser equiparado à palavra.

Tendo em vista esse quadro, buscamos apresentar um sistema simples de noções especializadas que pode substituir o termo palavra em muitas de suas diversas aplicações, sobretudo, no campo da lexicografia. Assim, com essa proposta contamos ter contribuído para uma maior clareza e firmeza terminológica nos estudos lexicais.

## REFERÊNCIAS

- AARTS, Bas; CHALKER, Sylvia; WEINER, Edmund. *The Oxford dictionary of English grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- ARONOFF, Mark; FUDEMAN, Kristen. *What is morphology?*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- AZUAGA, Luísa. Morfologia. In: FARIA, Isabel H. et al. (Orgs.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 215-256.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 2004a.
- BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras do português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004b.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BIDERMAN, Maria T. C. Glossário. In: *ALFA: Revista de lingüística*. v. 28 (supl.), 1984. p. 135-144.
- BIDERMAN, Maria T. C. Conceito linguístico de palavra. In: *Palavra*, n. 5, 1999. p. 81-97.
- BIDERMAN, Maria T. C. Unidades complexas do léxico. In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. vol. 2, 2005. p. 747-757.
- BUBENIK, Vit. *An introduction to the study of morphology*. Muenchen: Lincom Europa, 1999.

- CAMARA JR., J. Mattoso. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CRYSTAL, David. *A dictionary of linguistics and phonetics*. Massachusetts: Blackwell, 2010.
- CUNHA, Cláudio de A. da. O léxico e as unidades lexicais: revisitando a teoria. In: *Guavira Letras*. v. 15, n. 30, 2019. p. 15-30.
- GONÇALVES, Carlos A. *Morfologia*. São Paulo: Parábola, 2019.
- HASPELMATH, Martin. *Understanding Morphology*. Londres: Arnold, 2002.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.
- LAROCA, Maria N. de C. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Fontes, 2003.
- LENHARO, Aline C. Palavra, vocábulo, item lexical, listema ou nenhuma das opções? In: *Vocábulo*, v. 10. 2016. p. 1-12.
- MARTINET, André. *Éléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin, 1980.
- MARTINS, Evandro S. O tratamento das lexias compostas e complexas. In: *Revista do GELNE*. vol. 4, n. 2, 2002. p. 1-6.
- MATTHEWS, Peter H. *Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- POLGUÈRE, Alain. *Lexicologia e semântica lexical: noções fundamentais*. São Paulo: Contexto, 2018.
- POTTIER, Bernard. *Grammaire de l'espagnol*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- ROSA, Maria C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2005.
- SAPIR, Edward. *Language: an introduction to the study of speech*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1921.
- VARÓ, Enrique A.; LINARES, María. A. M. *Diccionario de lingüística moderna*. Barcelona: Ariel, 1997.

# LEXICOMETRIA: UMA BREVE REVISÃO TERMINOLÓGICA

Valdirene Rosa da Silva Melo

Saulo Cunha de Serpa Brandão

## INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Quando tratamos de terminologia de forma abstrata não ocorre ao pesquisador de áreas que não estejam de alguma forma vinculada à lexicologia, tradução e outras próximas que o estudo dos termos possa ser muito problemático. Ocorre que enquanto estamos trabalhando em nossa área de especialização, os termos são nossos conhecidos e nos parece até singular quando alguém estranhe um dos termos técnicos que utilizamos. Isto nos leva a questionar o porquê da falta de conhecimento, mas logo entendemos que se trata de pessoa não afeita ao nosso campo de trabalho.

Nos idos anos 1990, qualquer pessoa que iniciasse sua especialização em nível de mestrado ou doutorado ouviria falar da necessidade de desenvolver estudos interdisciplinares e aliada a essa demanda também se falava em trabalhar colaborativamente. Mesmo agora, pesquisas interdisciplinares e colaborativas são muito apreciadas na área de Humanas pelo viço que elas trazem consigo. Podemos afirmar que essas diretrizes se aplicavam à área de Ciências Humanas, Letras inclusive. Seria leviano dizer que tais recomendações se aplicavam às outras áreas, uma vez que foge a nossa expertise.

Para atender a essas propostas não era, e não é raro encontrarmos pessoas da História pesquisando seus objetos pelo viés geográfico ou os literatos realizando incursões na Filosofia ou Sociologia, geógrafos se airando na Antropologia e outras mais. No mais das vezes, nessas tentativas de interdisciplinaridade a questão da terminologia não chegava a ser obstáculo forte porque estavam todos os pesquisadores ali, dentro de um horizonte em que as disciplinas dialogavam com frequência, liamos os

mesmos teóricos, e isso terminava por minimizar o estranhamento com os termos.

Essa familiaridade que existe dentro da área das Ciências Humanas não ocorre quando um seu pesquisador inato decide ir além e investigar seus objetos das humanidades, dentro da ideia de interdisciplinaridade, se armando com conhecimentos de áreas que estão fora daquele horizonte que mencionamos antes. Por exemplo, alguém decide fazer crítica literária buscando conceitos da Física. Nesta relação os críticos se perdem com termos simples como *calor*, *elipse*, *frequência*, *fluxo* ou fica pior: quando eles têm que enfrentar termos como *demônio* ou *gato*. Sendo que esses termos ganham conotações que fogem aos conceitos dicionarizados deles. Eles têm significação própria no mundo da Física.

É quando se enfrenta interdisciplinaridade em relações como a citada bem acima que o pesquisador se dá conta da importância da questão terminológica na pesquisa. Não basta utilizar um termo; faz-se necessário fazer o registro de que área vem o termo e ao que ele se refere em sua área de origem para que ele faça sentido na pesquisa exógena à sua área. Assim, dizer que um ser funciona como um *demônio*, tem que se referir como funciona um *demônio*, como o da Termodinâmica e, talvez, em nota ou mesmo no corpo do texto, explicar seu complexo funcionamento. É óbvio que o registro não é necessário se a pesquisa for em área da Física.

Para iniciar este artigo, necessitamos explicar ao que nos referimos quando falamos a palavra “termo”. Um conceito funcional aprendemos com D. J. Arnold et al. (1995, n. p.) que diz: “Quando uma palavra (ou coleção de palavras em várias línguas) designa um único conceito dessa forma, ela é chamada de termo.”<sup>1</sup> (Tradução nossa). Já o Merriam-Webster Dictionary define como “palavra ou expressão que tem um significado preciso em

---

<sup>1</sup> No original: When a word (or collection of words in several languages) designate a single concept in this way, it is called a term.

alguns usos, ou é peculiar a uma ciência, profissão ou assunto.”<sup>22</sup> (Tradução nossa).

O incentivo para a escrita deste texto é reunir em um único texto a terminologia mínima para que estudiosos da área de Ciências Humanas possam adotar metodologias típicas da área de Linguística Computacional para fazer análise textual e ministrar suas aulas de forma interdisciplinar, economizando o tempo de explicar os termos necessários para as práticas específicas das metodologias. Especificamente, nossa intenção é instrumentalizar professores e alunos humanistas para a nova missão que se apresenta para a área que é utilizar programas computacionais para análise de textos.

Um dos grandes problemas que professores enfrentam ao decidirem ministrar aulas ou orientar alunos quando a aproximação para ensinar o conteúdo acontece com um misto interdisciplinar é o tempo. Um curso, ou uma disciplina, é planejado para que o professor ensine um determinado conteúdo dentro de uma janela de tempo específico. Então, com a abordagem interdisciplinar o professor se vê forçado e incluir toda a nova terminologia ao conteúdo da disciplina sem que haja elasticidade no tempo pré-determinado. Neste panorama, este texto pode ser uma ferramenta muito útil quando se pensa em se estudar léxico a partir de utilização de programas computacionais.

Sobre a visada mencionada acima, trata-se do estudo de lexicologia com a ajuda de softwares do tipo *data mining* para a análise de textos. Ou seja, usar programas computacionais que coletam dados do texto em análise e fornecem as estatísticas de diversos fenômenos no texto. Os termos são comuns para quem lida com Linguística Computacional e com Linguística de Corpus, mas não para outros humanistas. Por outro lado, existem aqueles próprios da lexicometria, textometria, e estilometria que merecem nossa atenção.

---

<sup>22</sup> No original: a word or expression that has a precise meaning in some uses or is peculiar to a science, art, profession, or subject.

## CONTEXTUALIZANDO A LEXICOMETRIA

A rigor, por estarmos escrevendo um texto cujo núcleo é a terminologia e lexicometria, e por já termos conceituado *termo*, cabe agora um conceito para o termo Lexicometria. Para isso convidamos a pesquisadora da área Elizabete Damasceno para nos instruir. Ela diz que

A Lexicometria é um procedimento metodológico e tecnológico - objetivo, descritivo, indutivo e científico - para tratar estatisticamente dados qualitativos sob fundo quantitativo para a caracterização topológica e combinatória de elementos lexicais de um corpus dado e delimitado, a fim de que a trajetória do discurso, por operações conhecidas e controladas, seja balizada, e a topologia e a combinatória dos elementos lexicais do corpus caracterizadas. (2008, p. 1116)

Tiremos algumas palavras que dirigem o conceito proposto por Damasceno que nos leve a uma compreensão, então vejamos: lexicometria, metodológico, objetivo, qualitativo, quantitativo, topológica, combinatória, elementos lexicais, corpus determinado, combinatória. Ou seja, a lexicometria é uma metodologia que se propõe a fazer uma análise objetiva de natureza qualitativa a partir de dados quantitativos e dessa forma expor a combinação dos elementos lexicais e a topologia de um corpus controlado, a fim de caracterizar a trajetória de um discurso.

Existe, na conceituação de Damasceno, um aspecto que pode parecer controversa quando ela situa a metodologia como para uma análise estatística qualitativa sob fundo quantitativo. Ocorre que quando os textos são tratados por *software*, os resultados são brutos e massivos. O trabalho da análise qualitativa inicia a partir desse resultado copioso.

A pesquisadora segue para informar que a

Da análise lexical e textual determinaram-se valores, hábitos e força de certas cargas emotivo-afetivas, e evidenciaram-se operações lógicas da superfície discursiva e redes produtoras de efeitos de sentidos. A quantificação do vocabulário tornou possível atingir três níveis fundamentais da linguagem... (p. 1122)

Percebam a amplitude da análise lexicométrica; a pesquisadora relata que alcançou valores e hábitos, bem como forças emotiva-afetivas. Ou seja, para longe do que se pode imaginar, ela alcançou resultados hermenêuticos e estruturais do texto em análise (corpus).

A Lexicometria, por ser uma metodologia que se diz objetiva, exige que os pesquisadores tenham uma preocupação que não lhes é familiar se eles provêm de estudos linguísticos ou literários tradicionais, qual seja: a construção de um procedimento criterioso na descrição dos métodos utilizados. Detalhes da construção e tratamento do corpus, motivos da escolha de um determinado *software* em detrimento de outros, os cálculos e procedimentos estatísticos e algébricos etc. Nesse viés, vejam o que Pêcheux et Marandin (1990) recomendam para analistas de discurso: “A utilização da informática exige dos analistas de discurso uma construção explícita de seus procedimentos (...), o que é a pedra de toque da consistência de seus objetos teóricos.” (p. 282).

Outro procedimento da Lexicometria que merece destaque e que Pêcheux e Marandin (1990, p. 282) deixaram explícito é que a melhor ferramenta é aquela com a qual o pesquisador consegue melhores resultados. Então, não se deve esperar que o pesquisador se apegue a um ou outro sistema algorítmico. Na realidade, não é raro encontrarmos estudiosos criando *software*<sup>3</sup> que apresente resultados que eles não encontram nos sistemas disponíveis.

Por fim, informamos que a Lexicometria não é uma ciência nova. Existem registros de trabalhos nessa linha datados do século XIX, mas, obviamente, a contagem era manual. A metodologia com utilização de computadores começa a ficar mais comum em meados dos anos 1980.

---

<sup>3</sup> Confira BRANDÃO, S. C. S. A necessidade faz a oportunidade: Software Neolo, Texto Digital, V. 3, n. 1, 2017 em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2016v13n1p124>>.

## OS TERMOS

### *Termos estruturadores de uma metodologia*

Dentro da Linguística Computacional encontramos subáreas como Textometria, que por sua vez se desdobra nas Lexicometria e Estilometria. A Textometria se ocupa em estudar textos com a utilização de computadores/software e a partir de dados estatísticos extraídos. Segundo Macmurray e Leenhardt (2011, n. p.) trata-se de “Um robusto método para extrair dados textuais [...] não limitado por recursos externos e evita problemas como as limitações de cobertura dos dicionários padrão.”<sup>4</sup> Eles continuam para explicar que enquanto o método de Data Mining (Mineração de Dados – em português) aplicado ao texto, se ocupa em extrair dados e padrões limitados às sentenças, a Textometria procura evidenciar dados e padrões distribuídos por todo o texto. A Lexicometria se ocupa da distribuição das formas ao longo do texto; a Estilometria investiga a escolha de determinadas formas para a composição do texto. O dicionário Aurélio define estilo como: “Maneira particular e pessoal de se expressar através da escrita”. Love (2002, 160-161, com tradução nossa), conclui que “[...] Estilometria [...] é a matematização da estilística – uma nova maneira de discriminação entre formas de comportamento da língua [...]”<sup>5</sup>

Voltando para o conceito de Lexicometria, encontramos a sua definição fundadora feita por Findler e Viil (1974), ele dá conta que ela é

“um ramo da ciência do dicionário [...] que lida com aspectos matemáticos e estatísticos de dicionários. Ele está relacionado à ambas: Lexicografia e Lexicologia, sendo a primeira denotando a

---

<sup>4</sup> No original: A robust method to mine textual data [...] not constrained by external resources and avoids problems such as the coverage limitations of standard dictionaries [...]

<sup>5</sup> No original: [...] stylometry [...] a mathematisation of stylistics – a new way of discriminating between forms of language behaviour [...]

descrição do material lexical e a última sua análise e estudo”. (p. 2, tradução nossa)<sup>6</sup>

Perceba-se que existe uma evolução no conceito de Lexicometria. Enquanto os formuladores do termo falam de aspectos estatísticos e matemáticos de dicionários, o conceito atual dado por Damasceno (2008, acima citada) coloca a Lexicometria coletando dados estatísticos diretamente no texto.

Os conceitos trazidos por Findler e Viil (1974) e Damasceno (2008) são conceitos elaborados por linguistas e achamos de interesse de nossos leitores saber como pesquisadores da área da computação e estatística explicam a Lexicometria, então vejamos:

“Um dos grandes benefícios dessa nova disciplina [Linguística de Corpus] é a lexicometria porque é um ramo da lexicografia que consiste no uso do vocabulário de acordo com sua quantificação. A análise das quantidades lexicais e suas proporções **dentro do texto** são bons exemplos do uso dessa disciplina e da possibilidade de pesquisá-la utilizando uma aproximação empírica.” (Torruella e Capsada 2013, p. 447 - tradução e grifo nossos)<sup>7</sup>

Note que esse conceito muito mais completo coloca a Lexicometria lidando com as estatísticas e quantificações de léxicos dentro do texto.

Outro termo que aparecerá com frequência e é dos que consideramos estruturantes, é Corpus, cujo plural é Corpora. Corpus é definido pelo Merriam-Webster como “uma coleção de enunciados registrados usada

---

<sup>6</sup> No original: [...] a branch of dictionary science [...] that deals with the mathematical and statistical aspects of dictionaries. It is related to both lexicography and lexicology, the former denoting the description of lexical material and the latter its analysis and study.

<sup>7</sup> No original: One of the biggest benefits of this new discipline is lexicometry since it is an applied branch of lexicography that consists in the use of vocabulary according to its quantification. Analysis of lexical quantities and their proportions within texts are a good example of the use of this discipline and of the possibility of researching it using an empirical approach.

como base para a descrição e análise de uma língua”<sup>8</sup>. Devemos acrescentar a palavra “estruturados”, assim: enunciados estruturados. Ou seja, as palavras formam sentenças, orações, frases, parágrafos.

Sem o registro de que os enunciados são estruturados, teríamos outro termo que devemos explicar: *Bag of Words*. Este é uma coleção de palavras sem conexões sintáticas umas com as outras. A importância desse termo é porque existem pesquisas específicas que requerem esse tipo de coleção (e. g. pesquisas que não querem considerar estatísticas incluindo sinais gráficos e pontuação).

Ainda sobre corpus, faz-se necessária a explicação de pelo menos 3 tipos de corpus, quais sejam: corpus paralelo, corpus estático e corpus dinâmicos.

Corpus paralelo diz respeito ao corpus que é disponibilizado em dois idiomas diferentes paralelamente; corpus estático é aquele em cujo qual o pesquisador não manipula nada dentro dele enquanto dura a pesquisa. Este tipo é muito importante para quando dois grupos de pesquisadores diferentes estão trabalhando sobre um mesmo objeto; corpus dinâmico, ao contrário, é aquele que o pesquisador pode fazer alterações nele, na medida em que se faça necessário.

Existem ainda os corpora especializados que se contrapõem aos corpora gerais. E quanto ao tamanho temos os corpora pequenos (de algumas centenas até poucos milhares de palavras) e os grandes corpora que chegam a centenas de milhões de palavras.

### *Outros termos importantes*

Passamos agora para a definição de três termos que não são estruturantes, mas são funcionais e muito importantes para a Lexicometria. Trata-se de: *Type*, *Token* e *Hapax Legomena*.

---

<sup>8</sup> No original: a collection of recorded utterances used as a basis for the descriptive analysis of a language.

Foi Charles S. Peirce que em 1931 (Apud Wetzel, 2009, p. xi) primeiro se preocupou com tipos diferentes de palavras e propôs as conceituações para *type* e *token*. Ele explicou dessa forma: existe apenas uma palavra *type the* na língua inglesa, mas existem dezenas de palavras *token the* em uma página de livro. Ou seja, a palavra *type the* é um ente abstrato, enquanto a palavra *token the* é construída com tinta em uma página de papel, portanto um ente concreto.

A questão das palavras *type* serem entes abstratos gerou inconformidade quando os linguistas se apropriaram dos termos. Isto porque Peirce desenvolveu o pensamento sobre palavras *type-token* por um viés filosófico, lógico. Em tempos mais atuais é Wetzel (2009) que vai desenvolver sua defesa da existência dos entes abstratos.

Propomos um caminho mais pragmático para a relação das palavras *type-token*: buscamos como lexicólogos colocaram esses conceitos na Stanford Encyclopedia of Philosophy. Nesta, a explicação é feita a partir da distinção entre as duas palavras assim:

A distinção entre um *type* e seus *tokens* é ontológica entre uma coisa geral e a sua instância concreta e particular [...]. Desta forma considere por exemplo o número de palavras no verso de Gertrude Stein em seu poema *Sacred Emily* na página na frente de seus olhos:

Rose is a rose is a rose is a rose

Em um senso de ‘palavra’ você pode contar três palavras diferentes; em outro senso nós podemos contar dez palavras diferentes.<sup>9</sup>

(Tradução nossa)

---

<sup>9</sup> No original: The distinction between a *type* and its *tokens* is an ontological one between a general sort of thing and its particular concrete instances [...]. So for example consider the number of words in the Gertrude Stein line from her poem *Sacred Emily* on the page in front of the reader's eyes:

Rose is a rose is a rose is a rose

In one sense of ‘word’ we may count three different words; in another sense we may count ten different words.

Então, as palavras do primeiro senso são as que chamamos de *type*. E as palavras da segunda instância são as *token*. Fazendo uma longa discussão curta e pragmática: *type* são as palavras distintas que aparecem em um determinado conjunto fechado: um livro, uma carta, um corpus. Enquanto *tokens* é o universo de palavras que ocorre no mesmo conjunto. Dizendo desta forma fica mais fácil entender a discussão de um tipo de palavra ser abstrato e outro tipo ser concreto. Os *type* existem de uma forma universal em uma língua, e os *token* são a concretização da abstração. Os *token* são tinta, pixels, sinais em LIBRA.

Para os propósitos deste texto é importante colocar como o problema *type-token* é entendido dentro da Linguística de Corpus e para a Linguística Computacional. Para estas, os *token* são as menores unidades de cada corpus e não são só as palavras. Para essas áreas de pesquisa os sinais gráficos, assim como as palavras, são *token*. Vendo assim, conclui-se que um corpus é formado por mais *token* do que palavras.

Feita essa discussão e explicados os dois conceitos, trataremos de outro termo que é subsidiário ao que acabamos de explicar; trata-se do termo *Tokenizer*. Este diz respeito a programas de computador, ou partes de programas, especializados em separar e listar os *token* em um corpus.

Chegada a hora de buscarmos conceituar *Hapax Legomena* (HL). A origem desse termo é grega (ἅπαξ λεγόμενον) de meados do século XVII e significa “dito uma vez”. HL é exatamente isso: uma palavra que ocorre apenas uma vez em todo o texto, livro, corpus. Neófitos podem pensar que os HL são raros, mas isso é uma impressão que não se confirma. Em corpora, grandes os *hápax* contam entre 40% e 60% (cf. STEFANOWITSCH, 2018) das palavras do texto. O pesquisador tem que ficar muito atento ante uma lista de HL, porque muitas ocorrências podem acontecer por erros de ortografia, digitação, neologismos, estrangeirismos e erros decorrentes de manipulação do texto, por exemplo: ao transformar imagens em PDF ou JPEG para .txt vários erros de conversão podem acontecer. Assim, seu corpus em .txt poderá aparecer eivado de erros e estes podem ser tomados por HL, no caso de se utilizar leitura automática.

No que toca aos neologismos e estrangeirismos, eles podem ser HL, é natural que possam ser, mas o pesquisador tem que ficar atento a eles e saber como vai tratar sistematicamente essas palavras em seu trabalho.

Um último aspecto sobre HL que devemos alertar nossos leitores tem a ver com os caracteres usados que terminam formando falsos HL; se eles estão em maiúsculo ou minúsculo, ou uma versão mista. Então, o pronome pessoal “ele” pode gerar uma lista grande de HL: ele, Ele, ELE, eLe, eLE etc. Para evitar esse tipo de erro comum, a maior parte dos programas computacionais usados em Linguística Computacional e de Corpus exigem que o corpus seja todo transformado em letras minúsculas ou ele próprio, o *software*, faz isso automaticamente. Os programas mais sofisticados dão a opção de converter as palavras, ou não e os ainda mais sofisticados são treinados para não cometer o erro (ou perguntar ao pesquisador como tratar a ocorrência).

Ainda sobre tipos de palavras, salientamos mais dois termos que são úteis e usados com muita frequência na Lexicometria, elas são: *content words* e *function words* (palavras conteúdos e palavras funcionais). As *content words* são os adjetivos, advérbios, verbos, substantivos, ou seja, palavras que têm conteúdo semântico. As *content words* são de livre escolha do escritor e é, em parte, baseado nessas escolhas que o estilo é construído.

As *function words*<sup>10</sup> são as conjunções, artigos, preposições, verbos auxiliares e modais, pronomes. Diferente das *content words*, as *function words* não dão tanta margem de manobra para os escritores porque elas são escolhidas por suas funções sintáticas e por vezes a presença delas é obrigatória para que os textos guardem coerência e coesão.

Já introduzimos o conceito para corpus no começo desse artigo e voltamos agora para tratar de dois termos que giram ao seu redor. O primeiro desses termos é *archive* (arquivo, em português) e Leech ensina que “a diferença entre um arquivo e um corpus deve ser que o último é

---

<sup>10</sup> Também chamadas de *grammatical words*.

planejado para uma função ‘representativa’ particular<sup>11</sup>. Um arquivo, pelo outro lado, é simplesmente ‘um repositório de textos, frequentemente imenso e coletado oportunisticamente e geralmente não-estruturado.’” (BAKER, HARDY; MCENERY, 2006, p. 15 - tradução nossa)<sup>12</sup>.

O segundo termo que gira em torno de corpus é *body* (corpo em português). Em um corpus existe uma parte que é ‘metadata’ (metadados em português), ou seja, um índice que traz dados sobre o corpus como: tamanho, propósito do corpus, nome do corpus, autor etc. Os metadados aparecem, geralmente, no início do corpus e depois desses dados inicia o *corpo*, que é o texto do corpus em si (BAKER, HARDY e MCENERY, 2006, p. 22 - tradução nossa). Os metadados, obviamente, não são considerados em pesquisas de corpus.

Por último neste tópico, trataremos do termo *concordance* (concordância em português) pode ser conceituado de uma forma muito simples: “trata-se da palavra-chave em contexto” (BAKER, HARDY e MCENERY, 2006, p. 42). Expliquemos: suponham que estamos pesquisando a palavra “chefe” em um determinado corpus ou arquivo. Utilizando *software* específicos de análise textual, o pesquisador informa a eles que a palavra em questão é “chefe” e o algoritmo listará todas as ocorrências da palavra pesquisada nas sentenças em que ela aparece. Eis abaixo um exemplo tirado de uma de nossas pesquisas utilizando o software Lexico3:

procurei meu chefe para pedir aumento  
O chefe determinou feriado  
a reunião com o chefe ocorreu ontem no

---

<sup>11</sup> Vejam esse exemplo “Business Letters Corpus (BLC”. Trata-se de um corpus especializado em cartas comerciais. Um corpus dessa natureza é muito útil em um curso de MBA, por exemplo.

<sup>12</sup> No original: [...] ‘the difference between an archive and a corpus must be that the latter is designed for a particular “representative” function’. An archive, on the other hand, is simply ‘a text repository, often huge and opportunistically collected, and normally not structured’ (Kennedy, 1998).

chefe! preciso conversar sobre

Caso o pesquisador queira ler uma das ocorrências da palavra-chave em seu contexto completo, basta clicar duas vezes sobre a ocorrência desejada e o programa abre uma janela com um recorte maior do texto onde a palavra apareceu.

### *Tipos de pesquisa a partir do corpus*

O pesquisador, ao desenhar seu projeto de pesquisa que envolva estudo de corpus, tem que decidir sobre dois tipos de pesquisa. Eles são do tipo *Corpus-Based* (em português baseado no corpus) ou do tipo *Corpus-Driven* (em português orientado pelo corpus).

*Corpus-Based*: O pesquisador “usa um corpus como fonte de exemplos para verificar a intuição do pesquisador, ou examinar a frequência e/ou plausibilidade da língua contida em um conjunto de dados menor.” (TOGNINI-BONELLI, 2001 apud BAKER, HARDY E MCENERY, 2006, p. 49 - tradução nossa)<sup>13</sup>. Dito de outra forma: o pesquisador tem uma intuição sobre o comportamento da língua a respeito de uma expressão, ou utilização de um determinado pronome (frequência de ocorrências, por exemplo). Então ele usa a análise do corpus para clarear o problema de sua pesquisa e verificar se o texto de um determinado autor que está sob pesquisa se comporta da mesma forma. Lembrando que um corpus é uma tentativa de representação da língua ou de um socioleto específico e sob investigação.

*Corpus-Driven*: “Uma análise orientada pelo corpus é um processo mais indutivo: o corpus em si é o dado e o padrões nele são notados como uma forma de expressar regularidades (e exceção) na linguagem. Uma análise orientada pelo corpus tende a usar somente pressuposições teóricas

---

<sup>13</sup> O original: uses a corpus as a source of examples to check researcher intuition or to examine the frequency and/or plausibility of the language contained within a smaller data set.

mínimas sobre estrutura gramatical<sup>14</sup> (BAKER, HARDY E MCENERY, 2006, p. 49 - tradução nossa). Ou seja, o pesquisador parte para a pesquisa tendo o corpus como seu objeto e que dele há de extrair dados sobre a língua.

### *Um termo incompreendido*

Trataremos agora do termo *Lexical Density* (RD - Densidade Lexical em português) ou *Lexical Richness* (RL - Riqueza Lexical em português). Baker, Hardy e McEnery (2006, p. 106) nos introduz ao conceito dizendo que se trata das maneiras de calcular a proporção de léxicos no texto. Mas eles continuam para dizer que “Infelizmente existem várias interpretações de como a densidade lexical é calculada e o quê exatamente ela mede”<sup>15</sup> (BAKER, HARDY e MCENERY, 2006, p. 106 – tradução nossa).

Vejam que os autores estabelecem uma dúvida sobre como calcular essa densidade e vão em frente para dizer existir dúvida sobre o que ela mede. Nós vamos tentar aqui desenvolver um conceito e explicar o valor desse índice na análise lexicométrica.

Iniciemos por tentar explicar o desconforto que encontramos em muitos autores que, como os citados, dizem não saber bem o que se mede com o cálculo da DL. Os problemas, como entendemos, são dois: primeiro, a falta de uma unidade. Vejam que em todo cálculo de densidade ou riqueza existe uma unidade, senão vejamos: Metro, Quilograma, Hora, Ampère, Kelvin, Mol, Candela. E cada uma dessas medidas estão muito bem definidas e fazem parte de nossas vidas. A segunda é que essas unidades não funcionam no absoluto. Elas só fazem sentido quando em comparação. Por

---

<sup>14</sup> No original: A corpus-driven analysis is a more inductive process: the corpus itself is the data and the patterns in it are noted as a way of expressing regularities (and exceptions) in language. A corpus-driven analysis tends to only use minimal theoretical presuppositions about grammatical structure.

<sup>15</sup> No original: Unfortunately there are several interpretations of how lexical density is calculated and what exactly it measures.

exemplo: a praia mede 100 metros. Isto é muito ou pouco? Uma praia de 100 metros é grande comparada a uma praia que mede 10 metros. Mesmo no absoluto, nós sabemos o que é 1 metro e temos noção dessa medida.

Os cálculos de riqueza lexical são expressos pela parte decimal inferior a 1 (o valor máximo de RL é representado pelo número inteiro 1, óbvio). Quanto mais próximo de 1, maior a RL de um texto.

Pode-se aprender analisando os cálculos que são feitos para definir a RL de um texto, que ela mede a competência linguística do escritor em utilizar palavras variadas e evitando repetições.

Conforme mencionado acima, um texto com a riqueza lexical 0,68 é um texto rico ou não? Não tem como dizer! Esse valor só ganhará algum sentido quando comparado com a riqueza de outro texto.

Os cálculos mais simples não passam de simples divisão. A medida mais comum é a razão *Type:Token*. Então  $RL = \text{Número de Type} / \text{Número de Token}$ . Outra forma muito simples de se calcular é a razão *Hapax Legomena: Token*, assim:  $RT = \text{Número de Hapax} / \text{Número de Token}$ . Vejamos um exemplo simples:

Tomemos os famosos versos de Robert Frost como exemplo 1

Two roads diverged in a yellow wood,

Nº de types: 7      Nº de tokens: 7

$RL = 7/7 = 1$  (riqueza máxima, porque não existem dois tokens iguais)

Vamos verificar como fica a RL do verso de Gertrude Stein que citamos mais acima:

Rose is a rose is a rose is a rose

Nº de types = 3      Nº de tokens = 10

$RL = 3/10 = 0,3$

Assim, podemos dizer que o exemplo 1 é 3 vezes mais rico, ou denso, do que os versos acima.

Mas façamos um terceiro cálculo com a continuidade do verso de Walt Whitman:

Houses and rooms are full of perfumes, the shelves are crowded with perfumes.

Nº de types = 11                      Nº de tokens = 14  
RL =  $11/14 = 0,78$

A razão de fazer esse terceiro exercício é mostrar que, na medida em que o texto aumenta, ele fica menos rico, porque aumenta a probabilidade de aparecerem palavras repetidas. E isto é uma crítica que se faz a esses cálculos simples: a impossibilidade de comparar textos de tamanhos diferentes. Mas essa crítica também não se suporta, a não ser para pesquisadores pouco criativos. Os mais criativos sabem que a solução para esse problema é cortar o texto maior até o tamanho do texto menor. Pode não ser a solução ideal, mas funciona.

Por outro lado, como já mencionamos antes, existem muitos estatísticos e matemáticos fazendo exercícios de Lexicometria. Não pela curiosidade de saber se a poesia é mais rica do que ficção em prosa, mas para testar suas fórmulas mirabolantes. Nesse caminho, eles já desenvolveram várias formas de medir RL de textos de tamanhos diferentes. Para conhecer essas fórmulas recomendamos o texto *Lexical statistics and typological structures: A measure of lexical richness*, de Capsada e Torruella. Neste texto, os autores demonstram a precisão de cada fórmula e mostram as aplicações desses cálculos aplicados a textos reais e seus resultados.

Existem várias aplicações para os cálculos de RL. Elas servem, por exemplo, para investigar autoria de textos apócrifos. Brandão (2006) faz uma aplicação muito interessante tendo como objeto o problema de autoria de *As cartas chilenas*. Ou como o Prof. Diego Meirele em sua dissertação de mestrado (não publicada) demonstrou que a poesia de H. Dobal não é formada por um vocabulário pobre, como acreditava a crítica tradicional, mas sim, um vocabulário simples. Ou seja, o poeta não utiliza vocabulário sofisticado, mas palavras simples, do dia a dia, mas rico quando comparado com a poesia de outros poetas contemporâneos a ele e da mesma escola literária, como Manuel Bandeira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É crescente interesse por estudos das Humanidades com utilização de ferramentas algorítmicas. Um exemplo dessa tendência podemos encontrar com facilidade na subárea de Linguística Aplicada. Nesta visada, as tecnologias passaram por diversas inovações desde os laboratórios de fonética e rádio aulas nos idos 1960 e 1970 até os dias atuais com a utilização de *chatbots*<sup>16</sup>.

As outras áreas e subáreas das Humanidades não podiam ficar sem experimentar as novas metodologias que envolviam tecnologias, então cada dia aparecia novas descobertas por conta da adoção de equipamentos ou algoritmos, ou os dois simultaneamente nas diversas áreas e subáreas.

Nas áreas da Literatura, História, Arqueologia apareceram diversos artigos muito interessantes de pesquisadores que aplicaram tecnologia para extração de informações, mas esses estudiosos não eram dessas áreas. Eles eram matemáticos e estatísticos e empregavam fórmulas, expressões que fugiam completamente ao entendimento dos humanistas. Para estes, restava ler as conclusões expressas linguisticamente sem, no entanto, entender por que vias os pesquisadores transitaram, pois elas estavam expressas matematicamente.

No Brasil, a partir dos anos 2000, principalmente, começam a aparecer pesquisas elaboradas por filólogos competentes em utilizar ferramentas digitais e estas se encarregam dos cálculos complexos, deixando para os profissionais de Letras a tarefa de interpretá-los.

Mesmo depois de vinte anos, os trabalhos desses filólogos não agregaram a sofisticação usada pelos estatísticos, mas, por outro lado, por laborarem em suas áreas de expertise, eles sabem quais perguntas interessam

---

<sup>16</sup> Robôs treinados para fingir que são pessoas capazes de manter longos diálogos com o estudante na língua alvo. Os *chatbots* ficam cada dia mais convincentes em épocas de inteligência artificial e aprendizado com *big data*. Cada vez fica mais próximo o dia em que o desafio da Máquina de Turing será quebrado.

à sua área. Estes artigos não são sofisticados matematicamente, mas oferecem respostas e soluções há muito procuradas. Para conferir alguns desses trabalhos o nosso leitor pode visitar a Revista Texto Digital (UFSC) ou a Hipertextus (UFPE), lá encontrará muitas experimentações interessantes.

Com esse artigo, os autores procuram facilitar aos pesquisadores, seus alunos e orientandos, fornecendo, de forma sucinta e suficiente, a terminologia mais necessária para quem deseja se aventurar em uma das subáreas da Textometria sem ter que percorrer centenas de páginas, geralmente em inglês ou francês, para se ambientar com o vocabulário específico da área.

## REFERÊNCIAS

ARNOLD, D. J. et al. *Machine translation: An introductory guide*. Disponível em: <https://www1.essex.ac.uk/linguistics/external/clmt/mtbook/html/node1.html#SECTI ON001000000000000000>, 1995. Acesso em: 25/11/2019.

BAKER, P., HARDY A e MCENERY, T. *A glossary of Corpus Linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

BRANDÃO, S. C. S. Atribuição de autoria: Um problema antigo, novas ferramentas. *Revista Texto Digital*, ano 2, n. 1, 2006.

CORPUS. In: Merriam-Webster Dictionary and Thesaurus. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/thesaurus/corpus>. Acesso em: 03/12/2019.

DAMASCENO, E. A. *Lexicometria, geração de descritores, construção de ontologias e ensino de línguas: implicações e perspectivas*. In: Magalhães, J. S. de & Travaglia, L. C.. (Org.). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. 1a ed. Uberlândia: EDUFU, 2008, v. 01, p. 01-3037.

FINDLER, N. e VILL, H. A few steps towards Computer Lexicometry. *American Journal of Computational Linguistics*, September 1974.

LEXICO3. LAMALLE, C., MARTINEZ, W., FLEURY, S., SALEM, A. *SYLED-CLA2T*: Université de la Sorbonne Nouvelle - Paris 3, 2001.

LOVE, Harold. *Attributing authorship: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MACMURRAY, E., LEENHARDT, M. Textometry and information discovery: A new approach to mining textual data on the web. In: *Proceedings from Worldcomp'11 - The 2011 World Congress in Computer Science, Computer Engineering, and Applied Computing*, 2011.

STEFANOWITSCH, Anatol. *Corpus linguistics: A guide to the methodology*. Berlin: Language Science Press, 2018.

TERMO. In: Merriam-Webster Dictionary and Thesaurus. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/term> . Acesso em: 12/11/2019

TYPE-TOKEN. In: Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/types-tokens/#DisBetTypTok>. Acesso em: 18/11/2019.

TORRUELLA, Joan, CAPSADA, Ramon. Lexical statistics and tipological structures: A measure of lexical richness. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 95, p. 447–454, 2013.

WETZEL, Linda. *Types and tokens: On abstract objects*. Cambridge: MIT Press, 2009.

# OS DICIONÁRIOS FUNDADORES DA LEXICOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA

Marcelo Sabino Luiz

## INTRODUÇÃO

As relações unilaterais entre Brasil e Portugal nascem do processo de (des)colonização de uma língua institucionalizada em dicionários. Os dicionários pioneiros de língua portuguesa guardam, peculiarmente, o período histórico-político e os processos de cooperações entre as nações do mundo lusófono. Neste trabalho, traremos à discussão o que compreendemos por tradição lexicográfica luso-brasileira, para tanto, o estudo partirá conceituando o que se entende de léxico de uma língua, ou seja, forma de expressão cognitiva e cultural da sociedade. Diante disso, com vista a delimitar o conceito, propomo-nos, inicialmente, a apresentar a teoria lexicográfica, para em seguida nos aprofundarmos sobre os dicionários que fundam a modernidade dessa prática de escrita, pondo em relevo, em primeiro lugar, os dicionários europeus. Em sequência, pontuaremos os dois primeiros dicionários de língua portuguesa, o *'Vocabulário Portuguez e Latino'*, de *Rafael Bluteau*; e de *Morais Silva*, o *'Diccionario da Lingua Portugueza'*. Com o exposto, esperamos destacar a caracterização de uma Lexicografia portuguesa mista, isto é, luso-brasileira, submetidas às culturas e às instituições acadêmicas de Brasil e de Portugal.

## O QUE É O LÉXICO DE UMA LÍNGUA?

O léxico, numa conceituação abrangente, define-se como o sistema infinito de itens lexicais do sistema imaginário e virtualizado de dada língua, com os quais os indivíduos em uma sociedade expressam conceptualmente as categorias cognitivas “[...] da realidade e de categorização da experiência” (BIDERMAN, 1987, p. 81). Aliás, é por meio dele que o homem estrutura o

pensamento, o ordena e modela o mundo à volta. Grosso modo, o léxico é um conjunto dinâmico de palavras, de abstração conceitual de dados da realidade que nos chegam pelos sentidos através dos signos linguísticos produzidos em uma comunidade, outrora, são códigos semióticos inerentes a todas as línguas humanas.

Em uma segunda opção, pode-se, ainda, o definir, como o conjunto abstrato de unidades linguísticas que seguem em intenso fluxo de renovação e em perpetuamente ampliação, por conta disso, o léxico de uma língua seria um elemento incontável e de limites quase que imprecisos. Tamaña magnitude, é possível afirmar que o léxico se constitui, indubitavelmente, como o elemento mais dinâmico e inesgotável do sistema de qualquer idioma. Se aceitar a noção de língua enquanto sistema operante, há, pois, de aceitar a hipótese de que esse sistema opera de modo simultâneo e arbitrariamente, com um léxico e uma gramática.

Toda a extensão social do léxico de uma língua reflete o conjunto das unidades significativas que estão a entrecortar a história de uma comunidade de falantes. De certa maneira, em sentido *lato sensu*, esse conjunto de unidades lexicais estocadas no bojo da sociedade, é de modo tácito sinônimo de vocabulário (VILELA, 1997). No interior dessa concepção, diferentes linguistas - que cabe aqui destacar (cf. BIDERMAN, 1981, 1984, 1987, 1998, 2004; cf. BORBA 2003; cf. ANTUNES, 2012; cf. LEFFA, 2000; cf. MARCUSCHI, 2004) -, preferem a estabelecer a discussão entre o elo léxico *versus* vocabulário a partir da dicotomia saussuriana entre *langue*(língua) e *parole*(fala). Segundo esses autores, o léxico por apresentar em quantidade infinita, de um lado se definiria como o fenômeno social dos falares humanos; mas, por outro lado, uma atividade linguareira singular, fatiada pelo fenômeno da língua falada e pelo domínio individualizado de cada sujeito.

Em fluxo de formação permanente, o léxico comporta a rede indeterminável de palavras de dada língua, que, quando atualizadas dentro do plano das realizações discursivas de cada falante se tornam parte constituinte do seu léxico mental, ou seja, o seu vocabulário.

Como nos lembra Lenneberg (1975, p. 375), o “[...] léxico é como uma fotografia que congela o movimento”. A partir da metáfora,

arriscaríamos a dizer que o léxico é como se fosse listas ou páginas equivalentes a álbuns de fotografias, por onde as palavras, então dispostas no sistema imaginário, congelam as memórias pessoais de um povo; autoriza o ser humano ao acesso imediato à realidade no mundo, na medida em que retratam as experiências cognitivas da sociedade. A um ‘clarão’, o léxico enquanto câmera fotográfica, registra a memória de todos os membros dessa comunidade linguística.

De fato, as unidades do léxico ou lexemas são como matérias-primas, de tal modo confere à possibilidade humana de efetuar as ações no universo das práticas sociais. Contudo, é de se destacar, que além de uma série inesgotável de unidades significativas, o léxico que assina o sistema linguístico de uma língua qualquer armazena um domínio maior e, portanto, elevado, ou seja, a capacidade cognitiva dos falantes de uma língua designar a própria realidade que lhe está aparente.

## OS ESTUDOS DO LÉXICO

No atual momento, no quadro dos estudos da Linguística contemporânea do século XXI, o léxico e suas unidades têm sido o foco permanente de três grandes áreas: a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia. Essas diferentes disciplinas têm entre si, como o objeto de descrição científica, o estudo das unidades lexicais. Em geral, o conjunto de teorias linguísticas nas quais o léxico é centro de estudos sistemáticos se intitulam “ciências do léxico”. Tal área compõe o escopo de interesse da Linguística Aplicada.

A Lexicologia faz fronteira com a semântica, dado que se ocupa da natureza significativa das unidades lexicais. O objetivo da Lexicologia é estudar, analisar, examinar os repertórios lexicais das línguas em geral em seu estado natural de uso. Tradicionalmente, a lexicologia tem-se

[...] ocupado da problemática da formação de palavras, província em que essa ciência confina com a *Morfologia*, dita lexical. Os lexicólogos vêm-se dedicando também ao estudo da criação lexical, ou seja, dos neologismos. A partir da década de cinquenta muitas pesquisas foram realizadas em *Estatísticas Léxicas*, ou *Léxico-*

*estatística*, visando a obter resultados aplicáveis ao ensino/aprendizagem do vocabulário, bem como investigações mais especulativas sobre a tipologia linguística, na busca da origem e filiação de famílias linguísticas, ciência essa batizada de *Glotocronologia*. Muito também já se fez no domínio da Semântica Evolutiva ou diacrônica. Ademais, a *Lexicologia* faz fronteira com ciências tais como a *Dialetologia* e a *Etnolinguística*; nessas áreas interdisciplinares fizeram-se estudos sobre Palavras e Coisas, isto é, sobre relações entre a língua e a cultura. Mais recentemente a *Psicolinguística* e a *Neurolinguística* têm feito muitas pesquisas experimentais sobre a estocagem do vocabulário e do problema do acesso ao repertório lexical armazenado na memória. (BIDERMAN, 2001, p. 16, grifo do nosso)

Conforme ressalta a autora, diante à idiosincrasia dos falares humanos e da expansão social do léxico, a Lexicologia se figura terreno um tanto fértil aos estudos sobre a língua em uso, sobretudo a investigar as formas de categorização, a origem e a estruturação do léxico. Ao escopo multidisciplinar das ciências da linguagem, a teoria se destaca em muitas frentes, na Morfologia, na Neologia, na Linguística de Corpus, na Dialetologia, na Psicolinguística etc.

No plano dos estudos da Lexicologia, o termo *lexema* define-se para referir ao conceito genérico de *palavra*, ou seja, os lexemas são as entidades abstratas do acervo lexical de uma língua a serem realizadas no discurso. De maneira similar, utiliza-se o termo *lexias* para referir-se ao conceito genérico de vocabulário, isto é, os vocábulos de uma língua são entidades da realização da fala, ora em vias de lexicalização, ora soldados no léxico.

Para Biderman (1999), o léxico é composto por unidades extremamente heterogêneas, desde unidades *menores monossilábicas* às *unidades maiores extremamente complexas*. As três categorias de lexias do léxico são: *as lexias simples, as lexias complexas e as lexias compostas*.

Segundo a autora, as *lexias simples* são aquelas ao nível morfológico indecomponíveis na segmentação do discurso, constituindo-se, exclusivamente, por formas livres e formas dependentes; isto é, são graficamente identificadas entre um intervalo sintático de “dois brancos”, representando as unidades mínimas do sistema lexical, sendo estas unidades

constituídas pelas classes de palavras, por exemplo, os especificadores, as preposições, as conjunções, os substantivos, os adjetivos, os verbos e os advérbios.

Em relação às *lexias complexas*, considera-se os sintagmas cristalizados no léxico, compostos por, no mínimo, dois ou mais vocábulos, cujo significado está no nível da frase. Tais unidades lexicais são de natureza fraseológicas, itens lexicalizados, implicando-se como realizações labirínticas do idioma e portadoras de significado genérico. Essas *lexias* classificam-se em expressões idiomáticas, provérbios e frases feitas, tais quais: ‘a vaca foi para o brejo’, ‘Deus escreve certo por linhas tortas’, ‘ele foi pego com a boca na botija’ etc.

As *lexias compostas*, todavia, se constituem de formas binárias ligadas por hífen ou por justaposição de dois vocábulos, tais como as gramáticas descritivas as chamam por palavras compostas e locuções, a saber: ‘guarda-chuva’, ‘à medida que’, ‘beija-flor’, ‘de fato’, ‘pós-graduação’, ‘porco-da-índia’. As *lexias* compostas são itens categorizáveis, ou seja, *lexemas* cristalizados no idioma.

Nos importa afirmar, nessa breve introdução à Lexicologia, que as *lexias* se sedimentam através dos horizontes culturais de uma nação e refletem os hábitos linguísticos dos sujeitos desse lugar, por isso exigem serem interpretadas globalmente no interior do discurso de origem, visto que as unidades do léxico traduzem o universo conceitual extralinguístico herdado pela cultura do povo.

## LEXICOGRAFIA

Produzindo dicionários, a Lexicografia se tornou, ao longo dos tempos, uma arte que tem como o objetivo a descrição dos *lexemas* das línguas. Os estudos lexicográficos almejam a oferecer os métodos, as técnicas e os procedimentos que resultarão no produto lexicográfico. O dicionário é a soma de um conjunto de métodos, e é a ferramenta de estudo do lexicógrafo. Ferramenta esta que desencadeia uma multiplicidade de

técnicas artísticas e que se fundamenta a descrever e a documentar por completo o sistema lexical.

De acordo com Zavaglia (2012, p. 234), “[...] o lexicógrafo vale-se de estudos da morfologia, da sintaxe, da semântica, da pragmática para fundamentar sua obra”. Nesse sentido, consoante a autora, o fazer lexicográfico está à procura da compreensão do léxico em totalidade, isto é, busca à descrição dos fatos e dos fenômenos linguísticos existentes nos sistemas das línguas naturais.

Para a sociedade, o dicionário destaca-se, sobretudo, como o depósito da memória sociocultural e é, por isso, a única fatia que temos do léxico de uma dada língua. Segundo Lara (2004, p. 142), “[...] a Lexicografia nasceu como uma necessidade social e informativa muito tempo antes de que a Linguística se constituísse como ciência”. Ela é considerada ora uma disciplina, ora uma teoria da linguagem. Para o autor, o dicionário é muito mais do que uma mera atividade para descrição das línguas, é uma teoria linguística, pois explica a complexidade dos fenômenos verbais humanos. Para o linguista, o dicionário é tido como produto linguístico, porque nos faz um convite para explorar os fatos das línguas humanas; a Lexicografia seria a disciplina que forja os métodos de sua elaboração e, como tal, se subjaz à arte verbal legítima de fabricação do texto lexicográfico.

## DICIONÁRIOS FUNDADORES DA LEXICOGRAFIA MODERNA

Conforme Biderman (2001), ao longo dos séculos as técnicas lexicográficas foram constantemente aprimoradas. Os primeiros dicionários de que se têm claras evidências na história se assemelhavam a glossários e se constituíam simplesmente de extensas listas de palavras que serviam aos gregos realizarem as leituras de textos literários nas Academias helenísticas em Alexandria (século III a.C.). Nessa época, geralmente as obras lexicográficas eram produzidas por filólogos e gramáticos, incumbiam-se de listas de palavras retiradas principalmente de textos homéricos - corpus lexicais que se preocupavam, sobretudo, em registrar os padrões gramaticais

e a facilitar a leitura hermenêutica dos gêneros literários da Antiguidade. Logo, na tradição mais antiga da Lexicografia, as primeiras obras não passavam de “[...] listas de palavras para o leitor da antiguidade clássica e da interpretação da Bíblia” (BIDERMAN, 2001, p. 17).

Na Europa, foi entre os séculos XII e XIV que a Lexicografia passou a dar seus primeiros passos em direção para uma disciplina séria e rigorosa. Nesse momento, a Lexicografia começou, portanto, a agregar parâmetros linguísticos sistemáticos para a organização das unidades lexicais repertoriadas, aproximando-se, assim, cada vez mais aos parâmetros da escrita lexicográfica que temos atualmente.

O desenvolvimento de técnicas de escrita vieram a ocorrer, principalmente, no final da Idade Média, momento em que o Mundo se encontrava em constante expansão territorial. As línguas faladas neste período “[...] apresentavam-se tão diferentes do latim clássico, língua do direito, da igreja e da difusão do saber e da cultura, que a prática de fazer listas temáticas de palavras e explicá-las por meio de glosas tornou-se indispensável” (FARIAS, 2007, p. 91). Destacam-se como impacto na tradição, à época, as *Etimologias de Santo Isidoro de Sevilha* e o *Glossário de Reichenau*, esse último composto de 2.000 vocábulos extraídos da Vulgata – uma versão latina da Bíblia (BIDERMAN, 1984).

Tempos mais tarde, por volta dos séculos XVI ao XIX, com o advento do Renascimento, da colonização ocidental, da invenção da imprensa e, principalmente, da necessidade de tradução de textos em latim e de outros idiomas em expansão na Europa, tornou-se necessário o desenvolvimento de uma Lexicografia moderna. Nessa época, multiplicam-se, então, o número de obras lexicográficas bilíngues na Espanha, na França, na Itália e em Portugal, bem como aumentou-se a quantidade de compêndios gramaticais. Logo, os dicionários renascentistas deixaram de desempenhar o modesto papel de listagens “glossarísticas” de palavras para ocuparem a posição de obra moderna com saber metalinguístico aperfeiçoado (organizados por áreas temáticas, em categorias gramaticais e na ordem alfabética); assim, instituiu-se neste exato momento, a passagem de uma *pré-lexicografia* a uma prática lexicográfica autêntica (VERDELHO, 2002).

Segundo Biderman (1984), a autêntica prática lexicográfica veio a aparecer em decorrência da enorme quantidade de compilação de dicionários e de enciclopédias na França e na Espanha em meados do século XIX. Dentre esses,

o *Littré* pode ser considerado uma obra-prima da lexicografia francesa, mesmo para os modernos critérios lexicográficos. *Littré* dedicou-se monacalmente à confecção do seu dicionário durante 30 anos. Foi um inovador para seu tempo; embora o seu exemplário só incluía autores anteriores a 1830 (os clássicos para *Littré*), constitui um modelo de repertório léxico e de escolha de citações como ilustração das palavras-entrada. O dicionário de *Pierre Larousse* teve dimensão considerável: 17 volumes. O seu *Grand Dictionnaire Universel du XXème Siècle* mostra uma vocação mais de enciclopédica do que dicionarista – caso de *Littré* – de quem se distinguia também por ser menos purista e mais liberal. Esse “dicionário universal” constituiu um notável repositório de informações sobre a sua época. (BIDERMAN, 1984, p. 2-3, grifo nosso)

Essas obras magistrais, e outras que vieram a surgir no final do século XIX, adotavam recursos lexicográficos inéditos para os padrões da época, assinalavam, por exemplo, todo tipo de informação linguística possível sobre os lemas<sup>1</sup>. Conforme nos aponta Biderman (1984), nesses dicionários, os verbetes abarcavam o uso da palavra em seu registro oral e escrito, incluíam construções sintáticas e seus valores semânticos acompanhados de uma exemplificação de contextos e de abonações; indicavam as pronúncias, a ortografia, a etimologia, a frequência, a área de especialidade, dentre outras notações informativas.

Como veremos adiante, os repertórios lexicográficos de tradição lusitana laboriosamente avançaram consoante aos parâmetros da

---

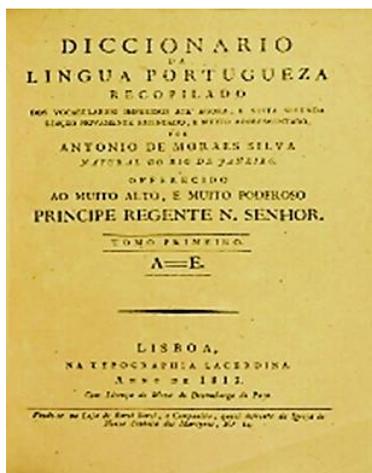
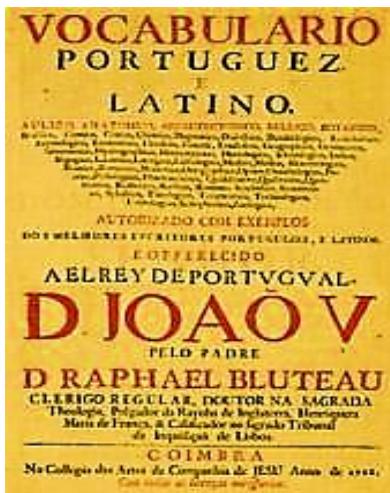
<sup>1</sup> Prefere-se utilizar o termo ‘lema’ a fim de distingui-lo de ‘lexema’, de tal modo, o primeiro termo se refere às palavras de uma língua as quais estão dicionarizadas, enquanto o segundo termo se refere às unidades do léxico.

Lexicografia moderna. A qualidade da confecção de um dicionário se traduz na competência do lexicógrafo de manipular centenas de dados documentais, compilando, classificando, organizando em corpora e redigindo volumosas informações léxicas.

## DICIONÁRIOS FUNDADODORES DA LEXICOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA

É considerada bastante modesta a história da Lexicografia portuguesa quando comparada com a de outras línguas europeias. Em relação às obras monumentais do léxico luso-português, estrela-se o dicionário bilíngue de *Rafael Bluteau* (1712-1728), o '*Vocabulário Portuguez e Latino*'. Obra editada em oito volumes e com duas edições complementares. Além dele, se destaca também como fundador da Lexicografia lusófona o '*Diccionario da Lingua Portuguesa*', compilado pelo brasileiro *Antônio de Moraes Silva* em 1789. O trabalho de *Moraes Silva* foi organizado em dois volumes e é considerado o primeiro dicionário a registrar o uso do português falado e escrito em Portugal e no Brasil; é notável, pois sela a aliança linguística da língua portuguesa falada entre os dois países, e por ser uma obra monolíngue genuinamente nacionalista. Ambos os dicionários alistados na figura a seguir, atualmente estão disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal.

Figura 1- Frontispício: dicionários vanguardistas da Lexicografia de Língua Portuguesa



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Disponível em: <<http://www.bnportugal.pt>>, acesso em: 31/10/2018.

## SOBRE O VOCABULÁRIO PORTUGUEZ E LATINO

Segundo Biderman (1984, p. 4), a obra bilíngue do *Padre D. Raphael Bluteau* surge da mais revolucionada prática lexicográfica da época. O dicionário está baseado em um corpus de referência e todo o material léxico registrado foi extraído de textos literários e técnico-científicos de diferentes domínios do conhecimento humano: da Filosofia, das Artes, da História, da Engenharia, da Matemática, da Literatura, da Política etc. Os verbetes contemplam padrões lexicográficos avançados, contendo, por exemplo, indicação de usos e abonações dos lemas; incluem informações bibliográficas/enciclopédicas, tais quais: o nome do autor, a data da obra, a página e o volume de cada unidade lematizada. Conforme a autora, a obra foi escrita para um falante do português, mas com finalidade de contribuir com a tarefa da tradução de textos em *latim*.

## SOBRE O DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA

Antônio de Moraes Silva, lexicógrafo nascido no Rio de Janeiro (1755-1824), adota em seu *Diccionario da Lingua Portuguesa* critérios lexicográficos louváveis para os convencionais padrões, à época, desde a redação dos verbetes à abrangência da nominata da obra.

Morais criou uma fundamentação lexicográfica própria para redação dos verbetes e seu *Diccionario* (1813), excluindo a informação enciclopédica tão presente em *Bluteau*. Assim como o conjunto anterior de *Bluteau*, Moraes registra as seguintes informações: 1) entrada em maiúscula acompanhada da classe gramatical; 2) definição; 3) exemplificação, acompanhada da abonação; 4) valores polissêmicos da entrada, acompanhados, na maioria das vezes, de exemplos e abonações; 5) sintagmas nominais e verbais em que a unidade lexical da entrada podem aparecer, acompanhados ou não de exemplos, abonados ou não; 6) marca linguística: níveis de linguagem e linguagens especiais acompanham a definição e os valores polissêmicos que a unidade lexical tiver; 7) quando se faz necessário, em caso de exceções à regra gramatical, o autor registra as irregularidades no interior do verbe. (MURAKAWA, 2007, p. 239)

A primeira edição é datada em 1789, uma obra completamente rara e que envolveu uma grande quantidade de informações léxicas compiladas do dicionário de Bluteau. Para Murakawa (2007), mesmo aparentando ser a cópia fiel do ‘*Vocabulário Portuguez e Latino*’, de Rafael Bluteau, a primeira edição de Morais Silva ultrapassa seu predecessor em muitos aspectos; ora por incluir na nomenclatura do dicionário palavras de usos comuns da língua portuguesa, registrando variações linguísticas regionais do Brasil, ora por incluir informações históricas, etimológicas e onomásticas.

O dicionário obteve sucessivas edições no século XIX e XX, alcançando sua 10ª edição em 1957, versão essa ampliada e revista por José Pedro Machado. Biderman (1984) observa que o dicionário de Morais Silva serviu de referência às subseqüentes obras lexicográficas que vieram a aparecer décadas depois, especialmente pelo moderno aprimoramento metalinguístico e pela fundamentação lexicográfica. Segundo a autora, o projeto de Morais, assim como de seu precursor, o Padre Bluteau, ambos sofreram as influências do Iluminismo em Portugal. Morais Silva, inclusive, foi condenado pela Inquisição Portuguesa por heresia tendo-se que se exilar na Inglaterra por certo período, regressando à terra natal apenas em 1802.

## OUTROS DICIONÁRIOS DA TRADIÇÃO LUSO-BRASILEIRA

Outro dicionário digno de nota é o ‘*Thesouro da Língua Portuguesa*’<sup>2</sup> de Frei Domingos Vieira, a volumosa obra é constituída por 1.200 (um mil e duzentas) páginas – na qual, à época, foi considerado o maior dicionário de língua portuguesa. Sabe-se que esse dicionário registra os usos especiais dos lexemas em diferentes contextos históricos, assim como sobeja a inclusão de lexias complexas, qual é o caso das extensas acepções derivativas ao lema ‘*pena*’: *pena de ganso*, *pena de morte*, *pena judicial*, *pena legal* etc. Sobre o

---

<sup>2</sup> A respeito desse dicionário não se sabe estimar ao certo o número exato de palavras-entrada no escopo da nomenclatura, uma vez que no preâmbulo da obra qualquer informação sobre a nominata é discriminada.

dicionário, Biderman (1984) e Verdelho (2002) asseveram que é uma obra tanto exagerada em termos da extensão dos verbetes, tendo sido mal estruturada. Devido à exaustão de citações literárias, prejudica-se a compreensão e a usabilidade, por exemplo, as abonações literárias são “[...] tão extensas que, mais do que um dicionário, parece às vezes uma antologia literária (VERDELHO, 2002, p. 41).

Dos *thesaurus* lusitanos, outro a merecer destaque é o ‘*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*’ (1899) de António Pereira Cândido de Figueiredo. Esta obra ambicionara a ser o maior repositório em abundância do léxico já visto desde então. Para tanto, cobriu variações linguísticas diacrônicas, bem como regionalismos de Portugal, do Brasil, e de demais territórios de língua lusitana. O dicionário conseguiu atingir a marca de 136.000 artigos lexicográficos na 4ª edição, alcançando a sua 5ª reedição em 1925, corrigida e compiladamente ampliada. A expectativa de *Cândido Figueiredo* de tonar o seu dicionário monumental ficou aquém ao que ele esperava, visto que os lemas arrolados apresentam sérios problemas de escrita lexicográfica, com fontes de notas e abonações duvidosas (BIDERMAN, 1984, p. 7).

No quadro da historiografia luso-brasileira, de literatura dicionarística, assistiu-se entre o final do século XIX e o início do XXI o nascimento de três populares obras lexicográficas, ainda, em perpetuação no mercado editorial. A primeira, em especial, é o altivo ‘*Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*’ - hoje popular: *Aulete* -, elaborado por Francisco José Caldas Aulete, de 1881, e publicado em Lisboa/Portugal. A segunda obra notável é o ‘*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*’, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, de 1975, publicado no Rio de Janeiro. A terceira ilustre, é o tenro ‘*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*’, de Antônio Houaiss, publicada em 2001, no Rio de Janeiro.

De fato, há muito a se estudar sobre a história da Lexicografia entre Brasil e Portugal, em particular a historiar os dicionários portugueses em suas cisões identitárias e político-diplomáticas, dando maior visibilidade aos motes sociais e as construções de independências linguísticas. No contexto atual, em nosso país, há número reduzido de pesquisas em nível de Mestrado e de Doutorado dedicadas ao ‘Estado da Arte’ da Lexicografia

Brasileira (NUNES, 2002). Das representativas se destacam a obra organizada por José Horta Nunes e por Margarida Petter (2002), intitulada: *‘História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro’*; o artigo de Aparecida Negri Isquierdo (2011): *‘Os estudos Lexicográficos no Brasil: um percurso Histórico’*; os trabalhos de Maria Tereza Camargo Biderman, a saber: *‘A ciência da Lexicografia’*(1984) e *‘Análise de dois dicionários gerais do português: o Aurélio e o Houaiss’* (2004); e os trabalhos da profa. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (UNESP).

## CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho buscou levantar brevemente a evolução dos dicionários de língua portuguesa, especialmente, os que chamamos da tradição luso-brasileira. Cabe salientar que optamos por adotar o termo luso-brasileiro com o propósito de sublinhar as obras dicionarísticas que, há mais de 300 anos, surgiram em momento no qual o Brasil se estabelecia enquanto distribuição de províncias sobre o Império de Portugal.

Haja vista o momento histórico a qual se deu à confecção das primeiras obras lexicográficas, ressalta-se que os dicionários vanguardistas, de Rafael Bluteau e de Morais Silva, são na verdade produtos linguísticos de uma tradição nem inteiramente brasileira, tampouco portuguesa, o que significa a preponderar a caracterização de uma Lexicografia portuguesa mista, submetidas às culturas e às instituições acadêmicas de ambos países.

## REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. A ciência da Lexicografia. *Alfa*, São Paulo, v.28, supl. p.1-26, 1984.

BIDERMAN, M. T. C. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. *Letras Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 22, n.4, p. 81-86, dez. 1987.

BIDERMAN, M. T. C. Conceito linguístico de Palavra. In: BASILIO, M. (Org.). *A Delimitação de Unidades Lexicais*. Rio de Janeiro: Grypho, 1999. p. 81-97.

BIDERMAN, M. T. C. As Ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, A.M.P.P; ISQUERDO, A.N. (Org.). *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande - MS: Editora UFMS, 2001. p.13-22.

FARIAS, V.S. Dicionários escolares de língua portuguesa: uma breve análise de aspectos macroestruturais. *Lusorama*, n. 71/72, 2007. p.160-206.

LARA, L.F. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUIERDO, A.N.; KRIEGER, M.G. (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004. p.133- 152. v. 2.

LENNEBERG, E. *Fundamentos biológicos del lenguaje*. Tradução de Sánchez Sáinz-Trápaga e Antonio Montesinos. Alianza Editorial: Madrid, 1975. 540 p. Título no original: *Biological Foundations Of Language*.

MURAKAWA, C. Modelos de verbetes em dicionários clássicos da língua portuguesa. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande/São Paulo: UFMS - Associação Editorial Humanitas, 2007. v. 3. p. 235-260.

NUNES, J. H. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, J. H.; PETTER, M (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002. p. 99-120.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002. p. 15-64.

VILELA, M. O léxico do Português: perspectiva geral. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 1, p. 31-50, 2 ago. 1997.

ZAVAGLIA, C. Metodologia em ciências da linguagem: Lexicografia. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (Org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?* Campinas: Mercado de Letras, 2012. v. 1. p. 231-264.

# VAMOS CONSTRUIR? CONSIDERAÇÕES SOBRE O GLOSSÁRIO DO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES: REGISTRANDO O LÉXICO ESPECIALIZADO

Bruna Giovanna Oliveira Costa

Theciana Silva Silveira

Luís Henrique Serra

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O cenário da construção civil tem crescido de forma intensa e acelerada em todo o Brasil e, no Maranhão, isso não é diferente. Esse ramo é aquecido, principalmente, com o constante surgimento de novos empreendimentos imobiliários na cidade. E, nessa área, o técnico em Edificações torna-se cada vez mais indispensável, gerando a grande procura de profissionalização dela.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disponibilizado pelo MEC (2016), o Técnico em Edificações “desenvolve e executa projetos de edificações. Planeja a execução e a elaboração de orçamento de obras. Desenvolve projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações. Coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações.” (p. 113). Para que isso seja possível, o MEC exige uma infraestrutura mínima para que esses futuros profissionais possam sair capacitados, como laboratório de desenho, laboratório de materiais de construção, laboratório de mecânica dos solos, laboratório de técnicas construtivas (canteiro de obras) e equipamentos de topografia.

E, para que haja essa infraestrutura mínima, é necessário que haja um diálogo constante com as diversas áreas do saber, como área da topografia, da mecânica de solos, do desenho arquitetônico, ecologia, entre outros. No entanto, esse diálogo nem sempre ocorre de maneira fácil, pois

cada universo carrega consigo maneiras próprias de denominar as entidades, ao passo que essas áreas necessitam trocar saberes.

Para além das preocupações entre essas áreas, vale destacar também o público principal, os alunos do curso técnico em edificações do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), que, quando chegam ao curso, não têm o domínio da terminologia utilizada em sala de aula. Considerando essa realidade, a construção de repertórios terminológicos têm sido necessário nesse cenário, uma vez que, é por meio da língua que ocorrem os intercâmbios sociais, pois o glossário serve, dentre muitas de suas utilidades, como instrumento de consulta, acervo lexical, no qual os alunos poderão ter acesso para buscar conhecimento acerca dos termos da sua área, além de oferecer ao aluno uma série de conhecimentos que possa prepará-los para dialogar com as diferentes áreas que têm relação com o curso de Edificações.

Embora já existam disponíveis em plataformas *online*, alguns glossários técnicos da grande área que envolve o ramo das Edificações, cabe ressaltar que o glossário proposto busca atender a realidade do aluno que cursa edificações, considerando a sua demanda real, uma vez que a linguagem deve ser facilitada, para que, de fato, o consulente, neste caso, principalmente, os alunos que iniciam o curso de técnico em edificações, possam compreender o significado dos termos.

Nessa perspectiva, reafirmamos a importância das pesquisas de natureza terminológica para o conhecimento da realidade linguística desse universo nos anos iniciais do curso de Edificações. O glossário possibilitará uma comunicação mais eficiente entre aluno e professor, auxiliando-o no seu desenvolvimento técnico-profissional; e entre profissionais do âmbito estratégico e do operacional, para que a execução da obra se torne mais produtiva.

A produção de glossários tem se tornado relevante para o mundo atual, no qual as diversas áreas de conhecimento passam por um processo de popularização, com a massificação da informação e do conhecimento especializado. Nesse contexto, os glossários auxiliam na compreensão das linguagens especializadas – consideradas como o estilo de uso da linguagem em que vocábulos próprios do universo especializado (termos) são utilizados com frequência, obedecendo a uma ordem semântico-conceitual-

hierárquica própria, em textos veiculados em gêneros textuais e discursivos próprios das áreas do saber humano –, melhorando a comunicação entre os diferentes campos do saber. O campo de estudos dessas linguagens é denominado Terminologia.

## A QUESTÃO DA TERMINOLOGIA

A denominação Terminologia apresenta uma polissemia importante e que precisa ser compreendida para que se possa entender o campo e seu objeto de estudos, bem como suas práticas, em outras palavras, terminologia é tanto o campo de estudos, o objeto e o produto da reflexão e do trabalho terminológico. Por terminologia, é possível entendemos o conjunto de termos que faz parte de um repertório de uma disciplina do conhecimento humano (por exemplo, a terminologia da Medicina, da Química, da Agricultura, do Direito, da Construção Civil, das Edificações). Em outras palavras, são os termos que fazem parte de um domínio de especialidade. Vale relembrar que consideramos que os termos são signos linguísticos que fazem parte da língua natural, ou seja, as linguagens especializadas são vocábulos expressos pelo homem em ambiente profissional ou técnico-científico. Nesse sentido, um termo é uma unidade lexical que pode designar conceitos especializados.

Terminologia<sup>1</sup> também pode ser entendida como o estudo linguístico (científico) desses termos. A Terminologia, como disciplina da Linguística, ocupa-se da investigação e da descrição do conceito, bem como das denominações dadas a esses conceitos, mostrando a relação entre esses elementos e o comportamento das unidades lexicais especializadas dentro da comunicação técnico-científica ou não.

---

<sup>1</sup> Para a referência ao conjunto de termos, grafa-se *terminologia* com a letra inicial em minúsculo, e para a alusão à ciência, estudo linguístico, grafa-se *Terminologia* com a letra inicial em maiúsculo.

Segundo Cabré (1993), a Terminologia, é, antes de tudo, um estudo do conceito e dos sistemas conceptuais que descrevem cada matéria especializada. Seu uso deve-se principalmente à necessidade de uma comunicação mais eficiente nos meios científicos e profissionais. A terminologia possui um campo aplicado que é a terminografia, campo de estudos que se interessa pela elaboração de repertórios linguísticos (dicionários, glossários, thesaurus) especializados. A terminografia é o campo que se ocupa da criação de métodos de compilação de repertórios, levando em consideração as discussões teóricas e metodológicas da Terminologia. A Terminografia ocupa-se da criação de repertórios mono- e multilíngues.

Em suma, vale destacar que o glossário apresentado neste trabalho é um repertório especializado porque buscou os métodos de produção de repertórios linguísticos criados pela terminografia. Vale lembrar que a terminografia consiste na aplicação prática dos estudos terminológicos, resultando na produção de glossários, dicionários técnicos ou terminológicos e bancos de dados (KRIEGER; FINATTO, 2004).

## PERCURSOS METODOLÓGICOS: CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E SELEÇÃO DO REPERTÓRIO TERMINOLÓGICO

O corpus da pesquisa ora apresentada foi constituído a partir de textos especializados vinculados em diferentes suportes, são eles: artigos acadêmicos, livros, monografias, dissertações e teses, nas áreas e subáreas do universo de edificações, disponíveis na internet, em formato pdf. Para a seleção dos textos incluídos na pesquisa, tomamos como base a ementa do curso técnico em Edificações do IFMA de São Luís, Campus Monte Castelo. Para esta pesquisa, selecionamos apenas as disciplinas específicas da grade curricular do curso técnico, uma vez que o referido curso é ofertado na sua modalidade integrada com o Ensino Médio.

Das disciplinas que compõem a grade curricular, foram selecionadas as seguintes disciplinas: Mecânica dos Solos, Topografia I e II, Materiais de Construção I e II, Tecnologia das Construções I e II, Resistência dos



aplicativos online, tais como Simply PDF, Small PDF e PDF to para a conversão, disponíveis na internet gratuitamente. Em seguida, realizamos um trabalho de edição nesses arquivos, pois, ao transformar os arquivos, foram necessários excluir elementos como tabelas, quadros, notas de rodapé, figuras, nome de autores, entre outros, para que pudéssemos transformar esses arquivos no formato final txt. Com os arquivos convertidos para txt, iniciamos a etapa computacional com vista a identificarmos os termos que fazem parte do universo do Técnico em Edificações por meio da rodagem dos textos no programa computacional Antconc<sup>2</sup>.

Partimos, então, para a catalogação inicial dos termos do Técnico em Edificações. Para além da rodagem computacional dos termos, foi elaborado um questionário, com base nos termos gerados automaticamente pelo programa a fim de validar a relevância do termo no universo ora estudado. Foram aplicados a 45 questionários com alunos do curso, egressos e professores da área para validar os dados coletados. A partir da lista elaborada, iniciou-se o processo definição dos termos mais frequentes e curiosos do universo investigado.

Para a geração do glossário, foi utilizado o programa computacional Lexique Pro, que foi desenvolvido pela representação africana da organização americana Summer Institute of Linguistics (SIL), é um dos mais utilizados e conhecidos para a elaboração de glossários eletrônicos. Ele permite a exportação dos dados na plataforma para formatos doc e html, e trabalha com um sistema de etiquetas que podem ser definidos pelo usuário do programa. Para esta pesquisa, utilizamos as seguintes etiquetas: entrada, morfologia, definição, sinônimo e figura.

---

<sup>2</sup> O AntConc é um programa computacional gratuito, desenvolvido por Laurence Anthony, da Universidade de Waseda, no Japão. O programa consiste em um conjunto de ferramentas para análise de corpus. O AntConc possui sete ferramentas que podem ser acessadas clicando nas abas, são elas: concordance, concordance plot, file view, clusters/n-grams, collocates, wordlist e keywordlist. Para esta pesquisa utilizamos a ferramenta wordlist.

## O GLOSSÁRIO DO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DO GLOSSÁRIO

Para este trabalho, apresentamos uma amostra do Glossário da Terminologia do Técnico em Edificações do IFMA, com 23 entradas. Sua macroestrutura está organizada em ordem alfabética. Já a microestrutura dos verbetes está organizada da seguinte forma: ENTRADA + MORFOLOGIA + DEFINIÇÃO + SINÔNIMO.

A entrada é o termo propriamente dito, ou seja, é a unidade linguística do campo especializado, o termo principal. O termo principal é aquele que apresenta o maior número de ocorrência no *corpus* e, por este motivo, comporta a definição; o termo sinônimo é aquele que concorre/coocorre com o termo principal com sentidos semelhantes. A morfologia é a classe gramatical a qual pertence o termo. A definição é um enunciado que descreve os conceitos pertinentes aos termos. As definições são baseadas em excertos dos textos coletados para compor o *corpus* analisado. Os sinônimos são formas que concorrem com o termo-entrada principal e podem ser usadas para designar um mesmo referente.

As abreviaturas constantes no verbete leem-se da seguinte maneira: s.f. substantivo, feminino; s.m. substantivo masculino; sint.nom. sintagma nominal e Sinon. sinônimos.

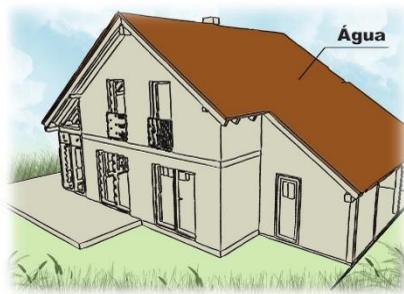
### AMOSTRA DO GLOSSÁRIO DOS TERMOS DO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

## A - a

---

*Água de telhado sint.nom.*

Cada uma das faces em declive que compõem um telhado. Servem para escoar a água pluvial.



*Água mestra sint.nom.*

Face em declive de um telhado que desagua sobre a fachada principal da construção.

## B – b

---

*Balaustrada s.f.*

Elemento arquitetônico formado pelo conjunto de balaústres.



*Balaústre s.m.*

Peça decorativa semelhante a uma coluna ou pilar de pequena dimensão.

*Boneca s.f.*

Afastamento, em geral, de 10cm do ponto de encontro entre duas paredes para a fixação de portas e gradis.

## C - c

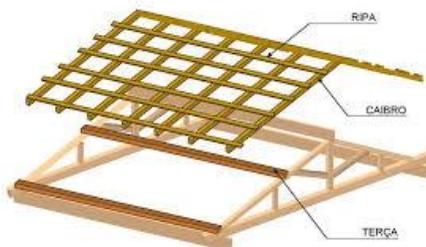
---

*Cadista s.m.*

Profissional responsável por executar e atualizar os projetos arquitetônicos e/ou estruturais em um software CAD, além de fazer cálculos de dados de campo.

*Caibro s.m.*

Peça retangular, em geral, de madeira, destinada à sustentação das ripas e à distribuição de suas cargas para as terças.



*Carimbo s.m.*

Quadro de informações localizado no canto inferior direito das folhas de desenhos técnico e arquitetônico, onde constam uma série de informações mínimas listadas pela NBR-6492. Sinón: legenda.

*Contrapiso sint.nom.*

Camada de argamassa com aproximadamente 3cm, localizada entre a base de uma estrutura e seu revestimento.



---

## D – d

*Desenho técnico sint.nom.*

Representação gráfica normatizada de um objeto ou estrutura, por meio de linhas, números, símbolos e linguagem técnica.

---

## E – e

*Ensaio s.m.*

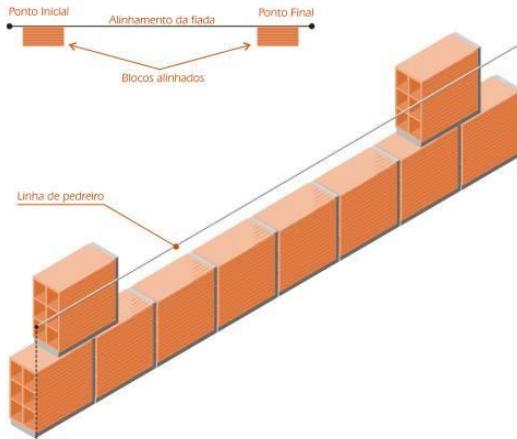
Teste de qualidade realizado com um material de construção, peça ou estrutura a fim de avaliar se suas propriedades físicas, químicas e mecânicas estão de acordo com os parâmetros exigidos.

---

## F – f

*Fiada s.f.*

União entre uma fileira horizontal de tijolos, de mesma dimensão, e uma camada de argamassa que os recobre na parte superior.



---

## G - g

### *Guarda-corpo sint.nom.*

Elemento arquitetônico que tem a função de proteger o limite de um pavimento superior, de uma escada, de um terraço, composto por um corrimão e uma vedação entre ele e o piso.



---

## *J - j*

*Joelho s.m.*

Peça de conexão hidráulica constituída, geralmente, de PVC, com curvaturas de 45° e 90°, que pode ou não apresentar roscas nas extremidades. *Sinón:cotovelo.*

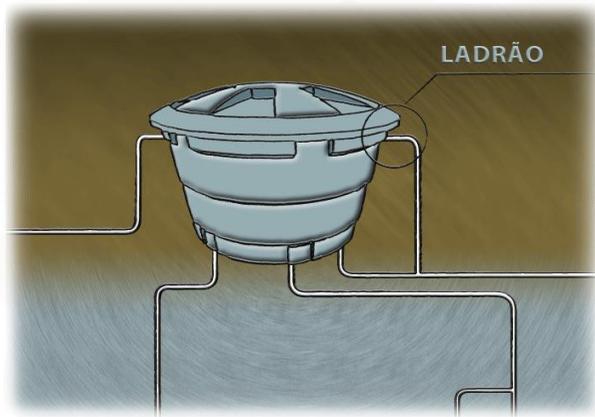


**L - 1**

---

*Ladrão s.m.*

Tubo, normalmente, de 32mm, fixado na cota máxima do reservatório superior para escoar a água quando alcançado o limite de sua capacidade, a fim de evitar que a água transborde caso a boia falhe. *Sinón: extravasor.*



---

## P - p

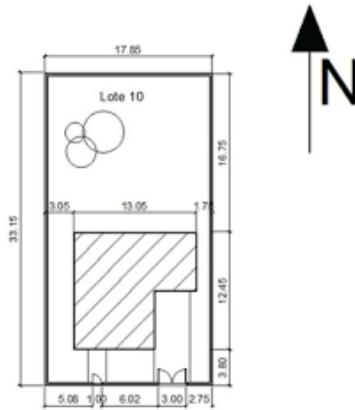
### *Planta s.f.*

Representação gráfica de uma vista superior ou de um corte horizontal, na qual são detalhados, em escala, todos os elementos necessários à execução do projeto.

### *Planta baixa sint.nom.*

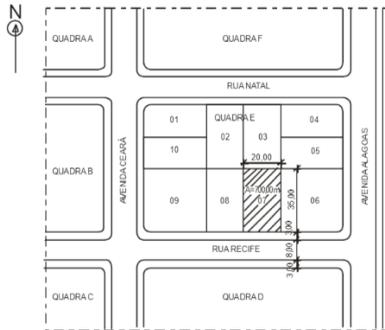
Representação gráfica de um corte horizontal localizado a 1,5m do piso. Nela estão indicadas, basicamente, as divisões internas da edificação e as localizações de portas e janelas.





*Planta de situação sint.nom.*

Representação gráfica de uma vista superior que indica a posição do terreno da obra em relação aos demais logradouros de uma quadra.



PLANTA DE SITUAÇÃO  
ESCALA 1/1000

R - r

*Ramal s.m.*

Tubulação hidráulica que constitui a rede de distribuição de água fria. Tem a função de transportar a água da coluna de distribuição para os subramais.

*Rincão s.m.*

Local onde ocorre a interseção entre dois planos inclinados de um telhado com um ângulo reentrante, por onde uma parte da água pluvial do telhado é escoada.

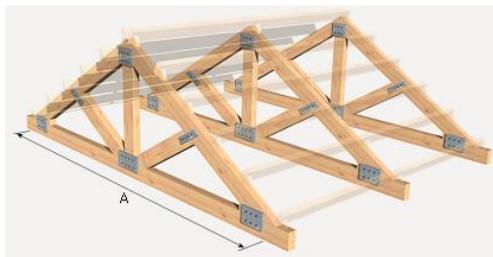


---

# T - t

*Tesoura s.f.*

Estrutura transversal treliçada, geralmente, de madeira, semelhante a um triângulo. Tem a função de sustentar as terças, receber e transferir as cargas da cobertura para as paredes ou pilares. Não necessita de suporte intermediário.



## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO GLOSSÁRIO

É importante destacar que produzir um glossário é fotografar uma língua dentro de um contexto de especialidade. Desse modo, além da sua importância prática, o glossário é uma fonte de resgate da memória linguístico-cultural, pois estabelece uma ponte entre uma área do saber e a sociedade.

O Glossário dos termos do universo do Técnico em Edificações do IFMA é um repertório elaborado com o objetivo de atender, sobretudo, consulentes que chegam ao curso sem conhecimento prévio dos termos, mas também consulentes dos mais variados perfis, dentre os quais se destacam:

- os próprios alunos do curso Técnico em Edificações e da Engenharia Civil;
- profissionais como engenheiros, que atuam nesse espaço de Construção civil;
- instituições que ofertam os cursos voltados para essa área.

Para além de um acervo e ferramenta de consulta, o glossário nos permite analisar os termos de acordo com os contextos de especialidade. Na amostra apresentada, podemos observar o registro de termos que fazem parte do léxico comum, mas que é aplicado ao universo terminológico de edificações por meio de vários fenômenos linguísticos. O uso de *joelho*, por exemplo, é aplicado nesse contexto de especialidade por meio da metáfora, uma vez que essa designação atribuída ao conceito de “Peça de conexão hidráulica constituída, geralmente, de PVC com curvaturas de 45° e 90°, que pode ou não apresentar roscas nas extremidades” é motivada pelo traço *forma*, pois a peça se assemelha à parte do corpo humano chamada joelho, assim como o sinônimo registrado para esse conceito, a saber: *cotovelo*.

Podemos observar, também, a presença de relações hierárquicas entre os termos registrados, como em *planta* “Representação gráfica de uma vista superior ou de um corte horizontal, na qual são detalhados, em escala, todos os elementos necessários à execução do projeto.”. Com base na definição apresentada, podemos afirmar que *planta* é o termo mais genérico, que apresenta características que abrangem os outros tipos de

*plantas* existentes nesse universo, como: *planta baixa*, *planta de cobertura*, *planta de implantação* e *planta de situação*. Todos esses termos têm em sua definição o arquilexema “Representação gráfica” que faz referência direta ao termo simples *planta*. Essas observações são possíveis de serem feitas tanto pela definição apresentada, como pela própria composição dos termos. É notório, nesse exemplo, que o termo hiperônímico é *planta*, ou seja, o mais genérico; e os termos hiponímicos são os compostos sintagmáticos, que tem na base do sintagma o elemento *planta* somado à um outro elemento, que é responsável pela restrição do conceito. É importante notar que a variação denominativa (um conceito que tem duas ou mais denominações) é possível de ser observada no corpus apresentado, termos como *joelho* e *cotovelo* têm uma relação sinonímica entre eles, mostrando essa variação conceitual nesse sistema lexical do campo dos técnicos em Edificações.

As ilustrações presentes no glossário elaborado exercem importante contribuição porque elas colaboram para a compreensão dos conceitos e fazem com que eles sejam mais claros para um público leigo ou iniciante na área da Edificação. Cumpre lembrar que os conceitos aqui são só uma amostra desse universo e os termos selecionados são os mais recorrentes desse universo.

Com base nos exemplos apresentados, podemos afirmar que o glossário, além de colaborar com a melhor comunicação entre usuários dessa terminologia, ele também pode nos fazer refletir acerca do uso dos termos e seu funcionamento na língua, tanto no nível lexical, como no nível morfossintático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa primeira versão da pesquisa sobre a terminologia do campo das Edificações, esperamos que possamos contribuir efetivamente com o conhecimento do léxico especializado da área. Esperamos ainda que essa ferramenta seja de grande utilidade, sobretudo, em sala de aula, no momento da troca de saberes na relação professor/ aluno. Para além do conhecimento linguístico adquirido, a pesquisa ora apresentada também

permitirá que o profissional saia mais qualificado e com conhecimentos acerca da sua especialidade, contribuindo de forma efetiva e positiva no mercado de trabalho do setor imobiliário, enfatizando na construção de moradia do Maranhão que está em pleno desenvolvimento. Assim, alia-se o trabalho linguístico com o trabalho técnico da área do aluno.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Lídia Almeida. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

CABRÉ, Maria Teresa. *La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/ Empúries, 1993.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada – Universitat Pompeu Fabra, 1999.

FINATTO, Maria José Bocorny; KRIEGER, Maria da Graça. *Introdução à Terminologia: Teoria e Prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9270-sistema-nacional-de-pesquisa-de-custos-e-indices-da-construcao-civil.html?edicao=23899&t=destaques>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.

LIMA, Alcides Fernandes de; MARTINS, Arlon F. Carvalho. *Utilização do programa lexique pro na elaboração de glossários e dicionários terminológicos*. In: RAZKY, Abdelhak; LIMA, Alcides Fernandes de; OLIVEIRA, Marilúcia Barros de; COSTA, Eliane Oliveira da. (orgs.). *Estudos sociodialetais do português brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2014. p. 257-277.

LIMA, Alcides Fernandes de. *Socioterminologia da indústria madeireira*. Fortaleza, 2010. 387 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará.

WÜSTER, Eugen. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Traduc. María Teresa Cabré. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada – Universitat Pompeu Fabra, 1998.

# CONTRATOS JURÍDICOS: QUANDO A LINGUAGEM EXCLUI OS SEUS LEITORES

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira

Alexandre Xavier Lima

## INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe a análise de algumas questões em torno dos usos discursivos do gênero *contrato de plano de saúde*, caracterizado pela ativação de muitos saberes, próprios de profissionais em suas áreas específicas de atuação, como os advogados, economistas ou médicos, não sendo esses conhecimentos acessíveis, obrigatoriamente, aos leitores contratantes. Ressaltamos que os exemplares constituem textos de fácil acesso, podendo ser encontrados por todos aqueles que estejam interessados em adquirir determinado plano de assistência à saúde. Para fins da análise dos *corpora*, recorreremos ao estudo de Burke e Porter (1997) sobre jargões, no intuito de contextualizar historicamente a discussão sobre o uso de termos da Medicina. Também, ao fazer referência ao conceito de *explicitude textual*, utilizaremos as ideias Nystrand e Wielmelt (1991), ao especificarem as visões acerca do dialogismo, intrínseco à linguagem, em oposição à estrutura material, como fonte unívoca para apropriação dos sentidos, dando relevância aos sujeitos nas apropriações dos sentidos. Por fim, procuraremos analisar os diferentes gêneros como ferramentas das interações humanas, consoante à proposta de Schneuwly (1994), ao equiparar a necessidade de domínio dos recursos contextuais da linguagem na utilização dos diferentes gêneros.

## A EXPLICITUDE DOS SENTIDOS TEXTUAIS

A visão de língua como elemento de organização dos conhecimentos, a partir dos sujeitos que dela fazem uso, nas situações de comunicação, é um

fator a ser considerado, sobretudo, a respeito da efetiva assimilação dos sentidos textuais. Sobre essa questão, Nystrand e Wielmelt (1991), ao postularem os princípios da *explicitude textual*, defendem que a língua e, conseqüentemente, o texto, por si só, não explicitam todo conteúdo, necessitando da coparticipação dos leitores na efetiva aquisição dos sentidos, que deverão, sem maiores impedimentos, assumirem o que é dito na superfície textual. Para esses autores, “o sentido do texto é explícito não quando o que é dito é igual ao que é significado, mas quando o que é dito está calibrado com o que precisa ser dito e o que pode ser assumido (tradução nossa)”<sup>1</sup>.

Nesse caso, essa percepção rechaça completamente a possibilidade de a explicitude de um determinado texto estar ligada, apenas, às qualidades inerentes à escrituração e à estruturação textual, mas dependerá muito da adequação do texto, de acordo com o que poderá, ou não ser assumido pelo leitor. Existe, portanto, uma relação direta entre o que está sendo exposto, linguisticamente, com a reciprocidade dos leitores quanto ao emprego dos recursos linguísticos utilizados no texto. Os enunciados linguísticos terão, então, uma interpretação que emerge de sua composição e essa capacidade de interpretabilidade das informações depende muito dos leitores, na medida em que esses são co-construtores do texto, como defendem Koch e Travaglia (1995), entre outros autores.

A concepção de que trata Nystrand e Wielmelt (1991), para que determinado sentido seja alcançado, difere da visão de explicitude dos sentidos que depende, unicamente, do texto, ou da forma como ele é escrito. Ao focalizar no texto e em suas propriedades, a explicitude dependeria, unicamente, da capacidade dos seus produtores de conseguirem ou não representar, de forma clara, as suas intenções a partir da superfície textual. Por outro lado, para esses dois autores, “a explicitude e a autonomia textual

---

<sup>1</sup> “...text meaning is explicit not when is said matches what is meant but rather when what is said strikes a balance between what needs to be said and what may be assumed”. (NYSTRAND; WIELMELT, 1991, p. 29)

são essencialmente idênticas e estão correlatadas diretamente com a elaboração do texto” (tradução nossa)<sup>2</sup>.

A partir dessas perspectivas, a explicitude do texto está intrinsecamente vinculada à sua elaboração, o que rechaça, por conseguinte, a participação do leitor como co-construtor dos sentidos que são expressos no texto, ou seja, a explicitude do texto é atingida, apenas, mediante a capacidade de os enunciadores construírem enunciados bem elaborados linguisticamente. Nesse caso, a utilização de termos técnicos, a partir da situação comunicativa em que esses jargões são empregados, pode constituir empecilhos para a apropriação dos sentidos, gerando a manipulação e a discriminação por meio da linguagem. É nesse contexto que defendemos que a elaboração de determinado texto precisa estar relacionada às condições de acesso, considerando a situação comunicativa requerida pelos diferentes gêneros e seus interlocutores. A partir dessa constatação, passamos à conceituação dos “gêneros textuais”.

## O CONCEITO DE GÊNERO E A FUNCIONALIDADE DA LINGUAGEM

É lugar comum o entendimento fundamental na abordagem do conceito de *gênero textual*, a partir da abordagem de Bakhtin (1997), quando o autor fala sobre as “atividades de interação humana”, cerne da observação do uso lexical que se opera nos contratos jurídicos. A colocação de Bakhtin (1997), ao abordar as finalidades de uso dos enunciados, abarca como cerne da definição de gênero a observação dos enunciados como instrumentos mediadores de todas as atividades de interação do homem. Esse fator fundamental quanto à finalidade de uso dos enunciados, prestando-se a intermediar necessidades de interação dos indivíduos, permite então considerá-los muito mais por seu caráter *funcional* do que por suas características estruturais. Desse modo, os textos que se prestam a

---

<sup>2</sup> “...explicitness and textual autonomy are essentially identical and correlate directly with the extent of the text elaboration”. (NYSTRAND; WIELMELT, 1991, p. 26)

instruir precisam dar conta das peculiaridades de uso dos gêneros por eles abarcados.

Reforçamos, por isso, que os contratos jurídicos se enquadram na condição comunicativa de um indivíduo que precisa estar ciente dos seus direitos e deveres na contratação dos serviços jurídicos e há uma empresa que pretende se salvaguardar mediante os poderes públicos de possíveis problemas jurídicos. Nesse caso, torna-se necessário ancorar a análise dos aspectos estruturais, a partir dos termos técnicos presentes nos contratos e de outras questões discursivas mais abrangentes, como as finalidades de uso dos enunciados. Em decorrência dessas observações, também se pode questionar a aplicação de tais gêneros aos seus contextos de uso, pois a funcionalidade da linguagem estará ligada à proficiência com que os indivíduos se apropriam dos gêneros, em vistas de realizar as atividades interacionais.

## ORIGEM E APLICABILIDADE DOS JARGÕES NOS USOS LINGÜÍSTICOS

A palavra *jargão* é de origem medieval sendo encontrada em provençal e em francês já nos séculos XII e XIII. Esse termo era designador do que ficou conhecido por *gargarejo ininteligível* falado por alguns grupos sociais. Outros vocábulos oriundos da mesma raiz desse lexema como *gargle* e *jargon*, como também *gibberish* ou *gabble* são indicadores de palavras com campos semânticos semelhantes ao termo original. Observe:

a palavra “jargão” fora cunhada para expressar a idéia de que a linguagem dos outros era tão ininteligível quanto um gargarejo, da mesma forma que os gregos cunharam o termo *barbaroni* para descrever as pessoas que não sabiam falar grego e que, portanto eram incapazes de produzir algo mais do que sons ininteligíveis como ba, ba. (BURKE; PORTER, 1997, p. 18)

O lexema que originou a palavra *jargão* se espalhou por muitos países na Europa, referindo-se à linguagem do submundo, pois alguns contraventores utilizavam esses vocábulos para se comunicarem sem que o

cidadão comum percebesse o que eles estivessem falando. Os autores dão o exemplo de um bando de ladrões descoberto em 1454 que interagiam por meio de jargões (BURKE; PORTER, 1997, p. 8). A fascinação pelos segredos de alguns grupos sociais, contudo, não foi suficiente para fomentar o estudo desses vocábulos, pois os linguistas deixaram de investigar o próprio conceito de jargão, bem como sua importância “O que é uma pena, visto que a história do jargão é muito bem documentada, desde há muito mais tempo do que se concebe comumente” (BURKE; PORTER, 1997, p. 14). Os estudos da Língua se concentraram naquilo que as unia (Gramática Comparada e Universal) e não nas particularidades de pequenos grupos, principalmente de grupos sem prestígio social.

A utilização do jargão manifestou muitas críticas desde a Idade Média. Isso ocorreu em alguns lugares como a Alemanha, por conta da rejeição dos alemães ao jargão dos judeus. O dramaturgo francês Molière ia com sua companhia teatral ao interior de seu país e zombava da fala das francesas na peça *Lés précieuse ridicules* já no ano de 1659. Fora criado até um dicionário dos jargões que eram utilizados nos *salons* franceses da época (BURKE; PORTER, 1997, p. 19). Entretanto, o conhecimento de todas essas críticas aos jargões não pode deixar de lado a importância desses vocábulos para os grupos sociais que dele fazem uso no momento da interação. Como observamos inicialmente, o termo não se refere apenas à profissão. Por isso, a frequente confusão com a *gíria*. Devemos salientar que o termo *jargão* sofreu especialização. Hoje em dia, *jargão* é um tipo de *gíria* utilizada por profissionais em suas atividades. Enquanto a *gíria* caracteriza-se por ser própria das diferentes faixas etárias ou sociais, identificando os grupos sociais que dela fazem uso; o *jargão* é mais característico das diferentes profissões, não sendo compreendido por pessoas que não possuem acesso ao domínio discursivo usual desses profissionais.

Existe, portanto, o jargão dos advogados, dos professores, dos engenheiros, e a *gíria* dos adolescentes, das pessoas de meia-idade, dos idosos etc. Atualmente, muitos protestos têm sido feitos contra os jargões dos advogados, pois o seu uso estaria negando o direito à justiça dos demais cidadãos. Nesse sentido, defendemos que “a linguagem jurídica é instrumento essencial de organização da sociedade, que determina direitos e

ditas obrigações, devendo primar por esses atributos ao servir de ferramenta criadora de um texto." (MARQUES *et al.*, 1994).

Desse modo, o uso dos jargões deve ser restrito aos conhecedores dos diferentes domínios discursivos em que esses termos são utilizados, ou a comunicação será prejudicada para os demais falantes, o que constitui o cerne da questão política/linguística aqui apresentada. Esses termos são importantes porque, ao invés de os usuários utilizarem muitos detalhes, podem lançar mão de alguns termos técnicos, abreviações e alusões que facilitam e simplificam a comunicação. Tal recurso promove uma “comunicação mais rápida e eficiente entre os iniciados”. (BURKE; PORTER, 1997, p. 22). Além disso, devemos considerar que há áreas cruciais da sociedade em que a linguagem precisa ser objetiva, exata o suficiente para que o interlocutor faça exatamente aquilo que se espera através do enunciado.

Portanto, o uso do jargão por um grupo social é, pois, tanto uma forma de inclusão (quando usados pelos falantes daqueles domínios discursivos), quanto como de exclusão (quando usados para obscurecer os sentidos aos demais utentes), isso faz do jargão tanto um poderoso meio de comunicação como uma forma tendenciosa e maléfica de exclusão pela linguagem. Nessa perspectiva, Maurizio Gnerre em *Linguagem, Escrita e Poder* (1998) afirma que a linguagem é um *arame farpado* que impede os falantes de atingirem certos níveis de poder. É nessa função de exclusão, por meio de usos de jargões, que se questiona a funcionalidade dos contratos jurídicos como instrumentos de interação entre os pares comunicativos.

## ANÁLISE DO CORPUS

Os contratos de assistência à saúde constituem exemplares extensos, divididos em cláusulas que abordam as diferentes etapas da negociação contratual. Dentro dessas cláusulas há a menção de conhecimentos relacionados aos usos dos profissionais do Direito, da Economia e da Medicina, cujas porções de sentidos textuais, ao dimensionarem

informações importantes, podem constituir empecilhos aos leitores. Veja a presença do jargão dos profissionais de saúde no exemplo 1:

Exemplo 1

VIII - Traumatologia: politraumatizado; traumas de face com distúrbio de ventilação; traumas de face com lesão no globo ocular; traumatismos torácicos contusos e/ou penetrantes; trauma de grandes vasos sanguíneos com necessidade de reparo cirúrgico imediato; trauma abdominal contuso e/ou penetrante; trauma extenso de partes moles; amputações traumáticas (após avaliação da central); queimaduras com área corporal comprometida superior a 20%; queimaduras de vias aéreas; acometimento sistêmico por corrente elétrica; afogamento; intoxicações exógenas involuntárias com alteração do sensório, da ventilação ou hemodinâmica; picadas de animais peçonhentos com risco de vida.

(Fonte: Contrato da empresa Assim Saúde)

O trecho do exemplo 1 está na cláusula vigésima sétima do plano ASSIM – *Da Cobertura para Remoção Terrestre* –. Nesse trecho, há uma exposição dos tipos de casos em que a empresa fornece uma cobertura de remoção para os pacientes. Os tipos de termos técnicos usados, embora importantes para a compreensão das reais possibilidades de atendimento médico, por parte dos contratantes, podem não ser conhecidos dos leitores, que não são, obrigatoriamente, pessoas inseridas no contexto de uso dos profissionais da área de saúde. Por esse motivo, os jargões *politraumatizado*, *distúrbio de ventilação*, *traumatismos contusos e/ou penetrantes*, *acometimento sistêmico*, *intoxicações exógenas*, *alteração do sensório*, *hemodinâmica...* constituem lexemas específicos e podem não ser compreendidos pelos leitores.

Sobre esses usos, a explicitude dos sentidos textuais fica comprometida, pois há um excesso de exposições vocabulares técnicas cuja falta de compreensão está relacionada, diretamente, com o comprometimento da plena utilização desses serviços oferecidos, gerando possíveis comprometimentos médicos ou financeiros aos seus leitores. O emprego dos jargões relaciona-se, portanto, à manutenção da explicitude dos sentidos textuais, considerando que os leitores desses textos não são pessoas expostas a esses termos. A funcionalidade discursiva dos gêneros textuais, tal qual dimensionado por Marcuschi (2005), nesse sentido, torna-

se questionada, mediante a ausência de explicitude textual desse trecho do contrato e que constitui configuração corriqueira dos contratos de empresas de assistência à saúde.

Em seguida, trazemos um trecho cuja leitura exige, por parte dos contratantes, o domínio de conhecimentos financeiros, sendo sua exposição parte da cláusula que trata dos reajustes nas mensalidades dos planos de saúde, com exemplos de jargões dos profissionais da economia:

#### Exemplo 2

28.13.4: As mensalidades poderão ser reajustadas, no transcorrer no Contrato, em razão da *variação de sinistralidade*, ou em virtude de *alteração dos custos odontológicos*. A alteração desses custos é apurada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$Ir = (HO \times P4) + (S \times P5) + (DG \times P8)$$

Onde:

Ir= *Índice de reajuste*;

HO=Variação dos preços dos honorários odontológicos;

S= Variação dos salários;

DG= Variação dos preços das despesas gerais

P4, P5 e P8 representam o peso de cada um dos respectivos itens na fórmula, validados de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão governamental competente.

(Fonte: Contrato da empresa Assim, p. 27)

No exemplo 2, retirado da cláusula referente ao pagamento das mensalidades da empresa *Assim*, observa-se a utilização de diferentes termos ligados ao domínio discursivo dos profissionais da área econômica.

A utilização de sintagmas próprios da área econômica, indicativos dos tipos de ocorrências médicas relativos à *variação de sinistralidade* e da sigla IR, relativa ao *índice de reajustes* da mensalidade, tornam-se importantes instrumentos para as reais possibilidades de aumentos nas parcelas do plano de saúde.

Por outro lado, além do uso de expressões próprias para dimensionar a base de cálculos das mensalidades, há uma exposição de cálculos matemáticos por meio de expressões tais como  $(HO \times P4) + (S \times P5) + (DG \times P8)$  que expõem, de forma equiparada, tanto o sentido subjacente às expressões, quanto os valores a serem calculados por meio dessas expressões. Esses usos conferem ao fragmento textual um maior ou menor

nível de imprevisibilidade, de acordo com a facilidade/dificuldade no entendimento desses conceitos. A *variação de sinistralidade* constitui, portanto, qualquer tipo de acontecimento que possa promover o aumento na mensalidade do plano de saúde, sendo a *alteração dos custos odontológicos* temática da cláusula que precisa ser considerada na assimilação dos possíveis fatores de aumento dos planos de saúde.

O leitor, se não estiver a par do conteúdo semântico dessa parte textual, poderá ser lesado financeiramente ou se houver aumento na mensalidade no caso da ocorrência de um *sinistro* como um acidente, por exemplo. Fica implícito, nesse fragmento de texto, que o acontecimento de imprevistos quanto ao uso dos serviços odontológicos pode ser um fator usado pela empresa prestadora de serviços para se precaver quanto às possíveis perdas financeiras, relativas ao não pagamento das mensalidades.

A partir da exposição desses conhecimentos de cunho matemático / financeiro, pode-se assumir que o nível de explicitude será dependente do entendimento de como se procedem esses dois tipos de reajustes nas mensalidades do plano, deixando os leitores/usuários que não possuem os conhecimentos para essa leitura à mercê da empresa, no que diz respeito às possíveis perdas financeiras geradas pela falta de entendimento.

Por se tratar de um texto jurídico, o uso de citações de leis e artigos torna-se uma constante nos contratos de planos de saúde. Também a menção das diferentes partes contratuais, como, por exemplo, as referências a cláusulas posteriores ou anteriores é fator discursivo constitutivo do gênero contrato jurídico. Para fins da presente seção, escolhemos um trecho que articula algumas proposições próprias do conhecimento de mundo dos advogados para demonstrar a perspectiva constitutiva do texto contratual escolhido.

### Exemplo 3

2.1- O presente Contrato de Operação de Plano Privado de Assistência à Saúde, reveste-se de característica bilateral, gerando direitos e obrigações individuais para as partes, na forma do disposto nos artigos 1.092 e 1.093 do Código Civil Brasileiro, considerando-se, ainda, esta avença, como um Contrato Aleatório, regulado pelos artigos 1.118 e 1.121 do mesmo código, assumindo o (a) CONTRATANTE, o risco de não vir a existir a cobertura da referida assistência, pela incoerência do evento do qual será gerada a obrigação da CONTRATADA em garanti-la. Outrossim, este Contrato sujeita-se às normas estatuídas na Lei Federal nº 9.656/98 e legislação (...)

Fonte: Contrato da empresa Real Doctor, p. 1

O exemplo 3 foi retirado da segunda cláusula do contrato da empresa *Real doctor*, que tem como título *Da natureza jurídica deste contrato*. Nessa parte do texto, expõe-se a temática da contratação, mostrando o *objeto* negociado, que é, no caso, uma prestação de serviço de assistência à saúde. No exemplo, destaca-se a primeira oração, formada por um sintagma nominal extenso na posição de sujeito *O presente Contrato de Operação de Plano Privado de Assistência à Saúde* e seu predicado *reveste-se de característica bilateral*. O uso dessas construções sintáticas, embora não reflitam na opacidade e ausência de explicitude, diretamente, insere o trecho no discurso jurídico, mostrando, justamente, essa característica de construção discursiva, que é a falta de simplicidade linguística (a *bilateralidade* refere-se às duas partes da negociação, que são, de um lado, a empresa, e, de outro, a pessoa que está contratando o serviço de assistência à saúde). Quanto à estruturação sintagmática, o uso do adjetivo anteposto ao substantivo, também, denota uso comum do discurso jurídico, como no caso do sintagma *referida assistência*.

Se por um lado, construções sintagmáticas extensas ou invertidas caracterizam a linguagem jurídica, não prejudicando, diretamente, a interpretação ou exigindo conhecimentos específicos do discurso jurídico, durante a leitura, por outro lado, não ocorre o mesmo quando o emprego lexical é diferenciado. Quando aparecem construções, como, *esta avença* e *evento* que caracterizam, respectivamente, o acordo jurídico em si e uma possível ocorrência de necessidade de seu uso, percebe-se a importância

desse trecho para uso dos serviços médicos. Contudo, o uso desses termos jurídicos pode gerar desentendimentos das informações, durante a leitura.

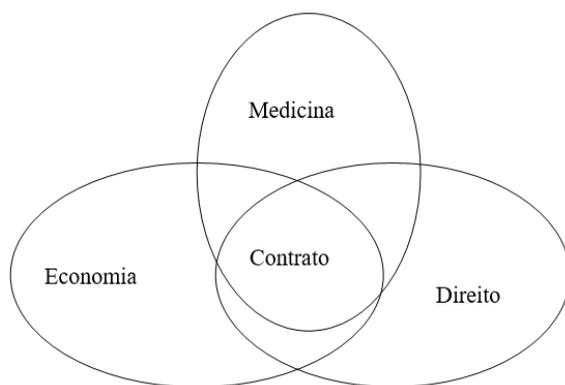
Além disso, o produtor do texto se exime de oferecer o serviço de atendimento médico quando afirma que o contratante (em última instância, o leitor do texto) pode não obter cobertura do plano de saúde, quando houver uma *incoerência no evento*, pondo em risco a saúde do indivíduo. Esse sentido que é fundamental pode se perder em um trecho pequeno que é o fragmento "assumindo o (a) CONTRATANTE, o risco de não vir a existir a cobertura da referida assistência, pela incoerência do evento da qual será gerada a obrigação da CONTRATADA em garanti-la." Nesse caso, o não entendimento do que a empresa compreende sobre *incoerência*, que é decorrente de sua previsibilidade de sentido, terá afetação direta na utilização dos serviços médicos.

Defendemos que a informatividade nesses casos está ligada, portanto, diretamente, à ausência de usos linguísticos mais afeitos ao público leitor comum, não necessariamente pessoas que estejam afeitas aos usos linguísticos próprios ao contexto jurídico.

## RESULTADOS DA ANÁLISE TEXTUAL

Nesta seção sistematizamos alguns resultados da análise linguística dos textos. Dessa forma, apontamos algumas características discursivas predominantes do gênero *contrato de adesão aos serviços de saúde*. É possível dimensionar a macroestrutura textual dos contratos a partir do esquema a seguir, que representa a constituição discursiva desses textos:

Esquema 1: Os domínios discursivos acionados nos textos dos contratos de planos de saúde analisados



No esquema 1, aparecem os três domínios discursivos que fazem parte da estrutura macrotextual do gênero, pois os textos dos contratos apresentam, na superfície textual, determinados conhecimentos que fazem parte do escopo linguístico desses três usos da linguagem. O uso dos jargões apenas reforça a falta de elaboração desses textos como gênero a ser lido pelo cidadão leigo, que não possui, obrigatoriamente, condições de usos linguísticos dos jargões usados pelos profissionais dessas esferas profissionais. Na parte em que trata das especificidades legais dos contratos, são usados conhecimentos que fazem parte da esfera jurídica. Por isso, há uma inserção dos textos na linguagem própria dos profissionais ligados ao Direito. Da mesma forma, quando determinado contrato aborda questões relativas aos serviços de assistência à saúde, oferecidos por uma empresa, há uma apresentação de termos próprios da linguagem médica. Já nas cláusulas referentes ao pagamento das mensalidades e aos reajustes financeiros ocorre uma inserção dos textos nos usos linguísticos próprios de profissionais ligados à Economia.

Por conta disso, os contratos de planos de saúde são construídos a partir da intersecção desses três usos técnicos, fator que constitui elemento

viabilizador da possível discriminação dos leitores que não possuem os saberes que respaldam a leitura desses textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contratos jurídicos, em geral, constituem exemplares de leitura obrigatória a todos os indivíduos que estejam interessados em adquirir um produto/serviço ou estabelecer regras na aquisição, manutenção ou extinção de determinada relação jurídica. Sendo assim, esses textos deveriam – prioritariamente – manter os direitos e deveres a ambas as partes da contratação de forma equânime, sobretudo, pelo acesso às informações, via texto.

Entretanto, os contratos, ao estipularem procedimentos importantes como os relativos ao acesso aos serviços de saúde, aos reajustes nas mensalidades e à natureza jurídica da contratação dos serviços médicos, expõem os saberes e conhecimentos com alto nível de *implicitude* dos sentidos. Trata-se de um exemplar linguístico que preconiza altos níveis informativos, exigindo dos leitores a articulação de saberes dentro dessas esferas de usos discursivos.

Por isso, esses textos, embora tenham por característica a indicação de procedimentos legais e a respeito do funcionamento dos serviços prestados pelas empresas, constituem exemplares de um gênero que não preconiza a democratização dos saberes e, por fim, da leitura. Desse modo, a leitura constitui tarefa árdua para a maioria dos seus enunciatários, que não são pessoas que, necessariamente, dominam esses usos da linguagem e que podem vir a ser prejudicadas jurídica e financeiramente por essa falta de conhecimento.

Com respeito a essa questão, a funcionalidade dos gêneros é questionada, pois esses textos, que são de grande importância para o acesso aos direitos dos indivíduos, podem constituir instrumentos de manipulação e preservação das empresas de saúde. O interesse quanto ao estudo da estruturação discursiva desses textos é, portanto, tarefa importante na manutenção de políticas linguísticas que preconizem a democracia quanto

ao acesso às informações em detrimento da discriminação por meio da linguagem.

Retomamos, por fim, a proposta de Maurizio Gnerre ao estipular a linguagem como instrumento maior da manutenção de interesses e do acesso ao poder, pois esses textos, ao se utilizarem de usos restritos como os jargões e os conhecimentos próprios das áreas relacionadas na análise, segregam seus usuários, na imposição de uma leitura de difícil interpretação. Assim, a partir da linguagem, muitas questões relativas à manutenção de interesses econômicos e jurídicos podem ser objeto da disparidade social e discursiva.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. Edições Loyola, 1999.
- BAKTHIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BURKE, Peter & PORTER, Roy (Orgs.). *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
- GNERRRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros Textuais e Ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARQUES, Bruna Moraes, et al. *A linguagem jurídica e o acesso à justiça*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/60supl/023.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2016.
- NYSTRAND, Martin & WIELMELT, Jeffrey. *When a text is explicit? Formalista and dialogical conceptions*. Text, 11; 1991, p. 23-41.

# O FALAR REGIONAL / POPULAR DO ESCRITOR

## ARIANO SUASSUNA NA OBRA *O SANTO E A PORCA*

Uélida Dantas de Oliveira

### INTRODUÇÃO

No presente trabalho encontra-se uma análise do falar regional e popular do escritor Ariano Suassuna por meio da sua obra intitulada *O Santo e a Porca* (2011). Tendo em vista que o estudo aborda essa temática, fez-se necessário uma explanação sobre a teoria do léxico, da variação linguística diatópica e da dialetologia, visto que trata-se de uma obra literária regional nordestina.

A língua é considerada o instrumento de identificação de um povo, com essa visão, a obra *O santo e a porca* (2012) foi analisada com o objetivo de se verificar, em sua linguagem, os costumes culturais de uma sociedade. Salientando que o léxico de uma língua reflete as tradições e a cultura de região predominante e que a relação língua, sociedade e cultura é relevante para a formação lexical.

Neste contexto, nos estudos linguísticos, o léxico é a ciência que relaciona homem, sociedade e cultura. Esta relação entre o sujeito e a sociedade em que vive transparece em sua maneira de falar e usar a língua para se comunicar individualmente ou coletivamente em sua comunidade, exprimindo-o em suas escolhas lexicais e em aspectos culturais da sociedade da qual é membro.

Partindo dessa visão, fica justificado o uso da teoria da Dialetologia neste estudo, para assegurar a relação entre língua e cultura na formação do acervo lexical regional, visto que, o falar regional é composto por dialetos oriundos do reflexo tradicional e dos costumes regionais predominantes no léxico de determinada região. Uma vez que, a Dialetologia estuda os dialetos regionais, ou seja, a linguagem gerada conforme o espaço geográfico e a influência cultural da sociedade.

Diante disto, torna-se pertinente uma explanação em torno da variação diatópica, levando em consideração o fato de a mesma referir-se a variedade linguística que ocorre em determinado espaço geográfico e regional. Ademais, a obra *corpus* do estudo diz respeito a uma obra regionalista, desse modo, compreende-se que a linguagem contida no texto de Ariano Suassuna expresse aspectos linguísticos regionais.

Nesse caso, realizada a leitura da obra de Ariano Suassuna, busca-se organizar as expressões selecionadas em um vocabulário, apresentando o falar regional e popular e seus significados no léxico da região nordeste do Brasil. Para tal desenvolvimento o uso dos dicionários de língua portuguesa e de expressões nordestinas foram fundamentais, pois auxiliaram na verificação dos sentidos de cada lexia regional.

No próximo segmento do estudo apresenta-se uma breve síntese sobre vida e obra do autor, com destaque para o livro em análise, *O Santo e a Porca* (2011).

## ARIANO SUASSUNA: VIDA E OBRA

Ariano Suassuna nasceu em 16 de junho de 1927, na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Neste mesmo Estado seu pai foi governador. O escritor perdeu o pai, que foi assassinado durante a revolução de 1930, com essa tragédia, Dona Rita de Cássia Dantas, sua mãe, foi morar com os filhos no sertão paraibano, na cidade de Taperoá, onde Ariano Suassuna viveu boa parte de sua infância e juventude.

Em 1942 Ariano Suassuna mudou-se definitivamente com sua mãe e seus irmãos para a cidade do Recife, no Estado de Pernambuco, onde estudou e formou-se em Direito, na Faculdade de Direito do Recife, porém sua paixão pela literatura e pelas artes fez com que abrisse mão da advocacia e dedicasse-se ao teatro e a literatura, escrevendo e publicando suas obras.

Muitas de suas obras tornaram-se conhecidas pelo público não apenas através de peças teatrais, mas também por terem sido televisionadas, a exemplo do *Auto da Compadecida* (1955) e *Uma mulher vestida de sol* (1947). De acordo com Oliveira (2015):

O Sucesso alcançado após 1958, com a peça *Auto da Compadecida* lhe garantiu uma certa estabilidade financeira e um relativo reconhecimento no cenário da cultura brasileira. Na década de 60, Ariano Suassuna não era mais um simples escritor de autos e peças que caricaturava o personagem do sertanejo nordestino, passava agora a representar um grupo de seletos artistas que seriam responsáveis por construir uma nova fase para a história cultural brasileira. (OLIVEIRA, 2015, p. 11)

Ariano Suassuna foi professor de estética na Universidade Federal de Pernambuco, nessa disciplina explanava sobre a importância da cultura nordestina, da arte popular e da literatura. Com muita sabedoria lançou, em 1970, o Movimento Armorial, que tinha o enfoque em divulgar e valorizar a arte e a cultura nordestina brasileira. Como acrescenta Tavares (2007):

O Movimento Armorial foi lançado oficialmente na noite de 18 de outubro de 1970, na Igreja de São Pedro dos Clérigos, no Recife, com um concerto da recém-criada Orquestra Armorial e uma exposição de artes plásticas. O evento foi resultado do trabalho realizado por Ariano como diretor do Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco. Desde que assumiu o posto, em 1969, a convite do seu amigo, o reitor Murilo Guimarães, ele se dedicou a convocar artistas de diversas áreas, que trabalhavam distantes uns dos outros, para tentar harmonizá-los em torno de um conceito estético. (TAVARES, 2007, p. 103)

Ariano Suassuna foi Secretário da Cultura do Estado de Pernambuco no período de 1975 a 1978, e nomeado membro das Academias de Letras Paraibana e Pernambucana nos anos de 1993 e 2002, e, também, membro da Academia Brasileira de Letras em 1989. O escritor faleceu em julho de 2014 deixando um grande legado literário e cultural.

A obra *O Santo e a Porca* (2011) conta a história do um viúvo, Eurico, que é um homem muito religioso, devoto de Santo Antônio, e que vive com sua filha Margarida em uma fazenda, onde tem como empregados Caroba e Pinhão, que formam um casal. O viúvo costuma guardar suas economias em uma porca de madeira, e tem muito cuidado para que ninguém se aproxime dela.

No decorrer da narrativa, Eurico recebe uma carta do fazendeiro Eudoro, se referindo a Margarida, por quem estava muito encantado, mas Eurico pensa que o fazendeiro está interessado em lhe roubar a porca de madeira, e as economias que nela estão guardadas.

Enquanto Eurico não compreendeu a carta, sua empregada Caroba percebeu de antemão qual era o interesse do fazendeiro, que se demonstrava apaixonado por Margarida. A empregada de imediato foi avisá-la, porque sabia que a moça estava namorando com Dodó, que é filho do fazendeiro Eudoro. Logo, presumiu que isto acarretaria uma grande confusão.

*O Santo e a Porca* (2011) expõe aparentemente uma temática simples, que aborda a avareza, mas com muito humor, como costumamos contemplar nas obras de Ariano Suassuna, no entanto, existem outros fatores que despertam reflexões como a exemplo do vínculo do homem com a religiosidade, e também sua relação com o materialismo, visto que o personagem de Eurico é muito ligado a questões financeiras, exibindo um cuidado exacerbado com a porca de madeira que usa para guardar dinheiro.

Isto posto, a obra será analisada considerando o contexto cultural e regional do escritor, que transparece em seu acervo lexical, exprimindo no enredo de *O Santo e a Porca* (2011) as escolhas lexicais que remetem ao espaço geográfico e aos aspectos culturais da comunidade linguística representada por Ariano Suassuna.

## LÉXICO E LINGUAGEM: FALAR REGIONAL

A linguagem utilizada por cada sujeito reflete o meio no qual ele está inserido, os fatores culturais que o incorporam, constroem um vínculo entre língua, cultura e sociedade. Conforme Barbosa (1981, p. 158) “língua, sociedade e cultura são indissociáveis, interagem continuamente, constituem, na verdade, um único processo complexo”.

O Léxico vai expressar o modo de pensar e de viver de cada falante/ouvinte, pois, através das escolhas lexicais, o indivíduo expressa o meio cultural e social em que vive. Sua linguagem reflete uma somatória do

acervo cultural e social da região da qual é membro. Como acrescenta Biderman (2001):

O Léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua. (BIDERMAN, 2001, p. 179)

Fica claro que as relações humanas e a vida em sociedade requer comunicação, e essa ocorre por meio da linguagem. Existem distintos meios de linguagem, porém a língua é a principal responsável pela interação entre indivíduos e comunidades. A língua expressa o conhecimento lexical de cada pessoa, sua experiência de comunicação seja individual ou em grupo, é uma espécie de acervo mental do ser humano, no qual encontra-se o que ele costuma ouvir, falar e escrever. De acordo com Villalva e Silvestre (2014):

O Léxico de cada falante, que é também chamado de Léxico mental, depende da sua apropriação dos estímulos lexicais a que é exposto, e, portanto, variará muito em função da sua experiência linguística individual, do que ouve, do que lê, do que fala e do que escreve. (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 23)

No que se refere ao falar regional, a linguagem de uma região se distingue de outra através das escolhas lexicais, do costume e da tradição regional que transparece em seu léxico. Essa diversidade linguística que molda o falar regional ocorre até mesmo dentro de uma mesma região geográfica. É possível que numa mesma cidade ou estado, nomenclaturas diferentes são usadas para nomear o mesmo objeto, isso ocorre porque as variações linguísticas são dependentes tanto do âmbito regional quanto do sociocultural. Segundo COSTA (2012):

A língua apresenta variações relacionadas com fatores sociais, temporais e geográficos. É nesse último tipo de variação que se concentram os estudos dialetológicos, que buscam descrever características próprias da linguagem utilizada em determinadas

regiões, com o propósito de identificar áreas dialetais mais ou menos coesas. (COSTA, 2012, p. 2)

Nesse contexto, a comunicação oral descreve a origem do indivíduo, e, por meio das expressões e costumes, exteriorizam os traços culturais da sua comunidade. De acordo com Laraia (2004, p. 52) “Comunicação é um processo cultural, mais explicitamente, a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral”.

Isso demonstra que referente ao falar regional, o estudo dialetal leva em consideração variáveis provenientes da linguagem de determinadas regiões, atribuindo importância a fatores como o grau de escolaridade, a idade e o gênero do falante. Conforme Dubois (2006):

A dialetologia é também o estudo conjunto da geografia linguística e dos fenômenos de diferenciação dialetal ou dialeção, pelos quais uma língua, relativamente homogênea numa dada época, sofre no curso da história certas variações – diacrônicas em certos pontos e de outra natureza noutros – até terminar em dialetos, e mesmo em línguas diferentes. Então, a dialetologia, para explicar a propagação ou a não-propagação desta ou daquela inovação, faz intervir razões geográficas (obstáculos ou ausência de obstáculos), políticas (fronteiras mais ou menos permeáveis), sócio-econômicas, socioculturais (rivalidades locais, noção de prestígio) ou linguística (influência de substrato, de superestrato, de adstrato). (2004, p. 79). Estabelece-se, assim, o mapa das ondas linguísticas, fazendo aparecer zonas centrais em que a inovação é generalizada e zonas periféricas em que se mantêm os arcaísmos. (DUBOIS, 2006, p. 185)

É preciso entender que o fato de a língua estar em constante movimento, passando por mudanças e apresentando renovações lexicais, proporciona um amplo registro de variações linguísticas. No caso do estudo em questão, as variações diatópicas que ocorrem até mesmo dentro do próprio espaço geográfico, sendo resultado de costumes e tradições culturais que refletem na linguagem individual e de grupos. Segundo Faria e Pessoa (2012, p. 61) “a Dialetologia é a ciência que faz o levantamento das falas regionais e suas diferenças”.

Diante do exposto, ficou claro que a obra *O Santo e a Porca* (2011), do escritor paraibano Ariano Suassuna, evidencia o contexto cultural e social no qual ele estava alicerçado, e apresenta um leque de fatores que exprimem a essência regional e cultural do espaço geográfico que a obra representa. Dessa forma, na próxima seção do estudo encontra-se apresentado o vocabulário regional do autor, composto por algumas expressões populares e regionais, selecionadas com base nas escolhas lexicais citadas na obra.

## O FALAR REGIONAL E POPULAR DE ARIANO SUASSUNA EM O SANTO E A PORCA

Para ganhar forma, o vocabulário seguiu uma sequência de etapas. Na primeira etapa, as expressões selecionadas da obra foram destacadas, em seguida foi apresentado o sentido de cada expressão conforme compreendido diante do contexto percebido na leitura. Na sequência, suas definições conforme os dicionários de língua portuguesa e regionais usados no estudo, a exemplo dos dicionários de CABRAL (1982), NAVARRO (1998), HOUAISS (2012) e FERREIRA (2010), seguidas das abonações da obra para assim constatar a fonte da qual a expressão foi selecionada.

É preciso acentuar que a fórmula de verbete, utilizada na composição do vocabulário, foi de Faulstich (1995), que acontece da seguinte maneira:

+ Termo entrada + referência gramatical + indicação de dicionarização + definição ± variantes + contexto de ocorrência + fonte ± notas linguísticas e/ou enciclopédicas.

No entanto, como a presente pesquisa analisou expressões e não termos, que é o foco desta fórmula de Faulstich (1995), a fórmula foi adaptada para o tipo de vocabulário construído e resultou na estrutura abaixo:

Expressão entrada + referência gramatical + definição ± variantes + nota enciclopédica (significados encontrados nos dicionários) + abonação + fonte da abonação.

Em linhas gerais, fica demonstrado abaixo o vocabulário constituído das expressões selecionadas e organizadas:

#### ACANHAMENTO: SM.

Expressão referente a um momento ou estado de timidez.

Acanhamento- Sm- 1- falta de espaço; aperto, estreiteza. 2 Falta de traquejo social; embaraço, timidez. (HOUAISS,2012, p. 8)

“Caroba- Pois eu vou ajudar Seu Eudoro a sair do *acanhamento*.” (A.S.O.S.P,2011; p. 57)

#### AMPARAR A VELHICE: Sint. Verbal.

A expressão é referente aos cuidados na velhice.

Amparar - vtd- 1 Dar ou servir de amparo a; escorar. 2 v. proteger 3 Dar meios de vida a; sustentar. 4 Apoiar-se. (FERREIRA,2010, p. 42).

“*Euricão- Hei de casa-la com um homem rico e ela há de amparar a velhice do paizinho dela.*” (A.S.O.S.P,2011; p. 38)

#### APERREIO: SM.

Momento de estresse ou preocupação.

Aperreio- problema, chateação, motivo para preocupação. (NAVARRO,1998; p. 36)

“*Euricão- É mesmo! É mesmo, Caroba! Eu nem me lembrei disso, no meu aperreio!*” (A.S. O.S.P,2011, p. 37)

#### COBRA QUE NÃO ANDA NÃO ENGOLE SAPO: Sint. Nominal.

Expressão usada para exortar.

Adágio mais ou menos de sentido semelhante a estoutro: “quem quer vai, quem não quer manda”. (CABRAL,1982, p. 228)

“*Pinhão- É por isso que o povo diz que cobra que não anda não engole sapo.*” (A.S. O.S.P,2011, p. 41)

#### DEIXE DE MANEJOS: Sint. Verbal.

Expressão usada para exortar alguém que esteja agindo de maneira desagradável.

Manejo- Sm- Uso, forma de utilizar-se, de manejar certa coisa. (CABRAL, 1982, p. 485)

“*Euricão- Deixe de manejos e abra as mãos.*” (A.S.O.S.P. 2011, p. 48)

ENCABULADO: Adj.

Pessoa tímida ou envergonhada.

Encabulado - adj. 1- Duvidoso, suspeito, sem expressão, sem jeito, sem interesse. (CABRAL,1982, p. 325)

“Caroba- O senhor está parecendo meio *encabulado* de pedir.” (A.S.O.S.P, 2011, p. 58)

FALAR É FÔLEGO: Sint. Verbal.

A expressão se refere a diferença entre o falar e o fazer.

Falar é fôlego- Referência irônica ao gabola, fanfarrão. “Pretexto bobo, porque falar é fôlego, obrar é sustança.” (MLG 97). (CABRAL,1982, p. 378)

“Pinhão- Chega já. Pelo menos foi o que ele disse na carta, mas *falar é fôlego*.” (A.S.O.S.P, 2011, p. 43)

FAREJANDO OURO: Sint. Verbal.

Expressão usada para dizer que alguém está buscando riquezas.

Farejar: vtd. Seguir levado pelo faro ou cheiro. 2 adivinhar, pressentir. 3 tomar faro. (FERREIRA,2010; p. 340)

“Euricão- vive *farejando ouro*, como um cachorro da molest’a, como um urubu atrás do sangue dos outros.” ( A.S.O.S.P, 2011, p. 56)

LACRAU: SM.

Inseto venenoso que tem a aparência de uma minhoca com muitas pernas, seu veneno se assemelha ao do escorpião.

Lacrau- Sm. 1.Escorpião “... de dente de cobra, de gancho de lacraia e navalha de piranha” (CABRAL,1982, p. 458)

“Euricão- um lacrau enorme! Saia, saia! Olhe o *lacrau*, Caroba!” (A.S.O.S.P,2011, p. 49)

TROÇARIA: SF.

Expressão referente à quantidade grande de objetos ou coisas sem valor, que ocupam muito espaço em ambientes.

Troços- Sm. Coisa sem valor. “os troços minguaados ajuntavam-se no chão.” (CABRAL,1982, p. 733)

“Caroba- Que interesse eu tinha em remexer nessa *troçaria*? Só se fosse para ficar com asma, nesse mofo.”(A.S. O.S.P, 2011, p. 48)

## VELHARIAS: SF

No sentido de objetos antigos e sem utilidades.

Velharia: S.F. 1 objeto velho, desusado. 2 Costume antiquado. (FERREIRA, 2010, p. 775)

“Pinhão- Sabe por que é isso, Seu Euricão? São essas *velharias* que o senhor guarda aqui, só essa porca tem uns duzentos anos.”(A.S.O. S.P., 2011, p. 50)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada acerca da obra do escritor Ariano Suassuna, *O Santo e a Porca* (2011), demonstra em seu resultado que a linguagem pode ser compreendida como produto cultural, uma vez que transparece o modo de pensar e de se relacionar de determinado grupo, e que por meio de suas escolhas lexicais o vocabulário utilizado por uma comunidade reflete costumes e tradições específicas de uma região.

É através dos itens lexicais escolhidos por Ariano Suassuna para construir seu texto que temos acesso a uma parte de sua cultura, e podemos conhecer a estrutura social e econômica da região que ele retrata na obra. Nesse sentido, o modo como Ariano Suassuna expõe o léxico popular nordestino, permite que, por meio do falar regional da população sertaneja do nordeste brasileiro, enxerguemos a influência da sociedade e da cultura na linguagem apresentada em sua obra.

Em síntese, o estudo analisou o léxico do escritor Ariano Suassuna por meio da linguagem apresentada em sua obra literária intitulada *O Santo e a Porca* (2011) e alcançou o resultado estimado para o presente trabalho, que é o desenvolvimento do vocabulário da obra. Levando-se em consideração que o vocabulário transparece encadeamentos do conhecimento de mundo do escritor e da cultura popular nordestina, a qual ele sempre prezou, tornando essa junção de fatores relevantes para os reflexos lexicais exibidos na linguagem utilizada por Suassuna no vocabulário que compõe sua obra.

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, M. do S. S. de. *Variantes diatópicas e diastráticas na língua portuguesa do Brasil*. Graphos. João Pessoa, Vol. 12, N. 2, Dez./2010 – ISSN 1516-1536.
- ARAGÃO, M. do S. S. de. Variantes regionais e o ensino de 1º grau. In: Caderno de Letras. João Pessoa: (4): 57/77, jul. 1979. \_\_\_\_\_. et al. *O conto popular na Paraíba: um estudo linguístico gramatical*. João Pessoa: UFPB, 1992.
- BARBOSA, M.A. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. São Paulo: Global, 1981.
- BIDERMAN, M. T. C. *As ciências do léxico*. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 1. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 153-166.
- CABRAL, T. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: UFC, 1982.
- COSTA, G. B. Da. *Música regional como fonte de pesquisa Dialetológica: o Português rural da música de Elomar*. Revista Letra Magna, ano 8, nº 15, 2012.
- DUBOIS, J. e outros. *Dicionário de Linguística*. 9. ed., São Paulo: Cultrix, 2006.
- FARIA, K.R, PESSOA, M.S. Sociolinguística e dialetologia: uma educação linguística para valorizar o outro, *Revista Língua Viva*, Guagar´-Mirim/RO, Vol.2, N.1, 2012.
- FAULSTICH, E. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. In: *Ciências da Informação*. v. 24. set./dez. 1995. p. 281-288. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/566/567>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- FERREIRA, A. B. H. Miniaurélio. Século XXI. Escola: *O minidicionário da língua portuguesa/ Aurélio*. Coordenação de Margarida dos Anjos e Marina Baeird Ferreira. Lexicografia de Maria dos Anjos [et al.] 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- HOUAISS, A. *Dicionário de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- NAVARRO, F. *Assim falava Lampião: 2500 palavras e expressões nordestinas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

OLIVEIRA, A.B.S. *A invenção do sertão no romance D'A Pedra do Reino*.  
Dissertação (mestrado) – UFPE, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História,  
Recife: O autor, 2015.

TAVARES, B. *ABC de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

VILLALVA, A. SILVESTRE, J. P. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

WARDHAUGH, R. *An Introduction to sociolinguistics*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1992.

# O LÉXICO INDIVIDUAL E O ENSINO DE VOCABULÁRIO NA AULA DE PLE

Davi Albuquerque

## INTRODUÇÃO

O léxico individual, entendido como o repertório de vocábulos que o aluno conhece e emprega, é de fundamental importância no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira (LE), porém o ensino de vocabulário em sala de aula de LE permaneceu durante um bom tempo relegado a segundo plano, pois era considerado como uma atividade inferior (COADY, 1997) e de responsabilidade unicamente do aluno (OXFORD; SCARCELLA, 1994). Atualmente, é foco da atenção de grande parte de professores e pesquisadores que atuam na área.

Nosso trabalho procura relacionar a ampliação do léxico individual e o ensino de vocabulário na aula de Português Língua Estrangeira (PLE), de acordo com a abordagem comunicativa, a qual adotamos em nossa prática docente, por meio da discussão de alguns aspectos teóricos, descrição de certos comportamentos dos aprendizes e apresentação de uma proposta de atividade e de técnicas que estão em concordância com nossa abordagem. Com isso, esperamos também contribuir tanto na área de PLE, quanto na dos estudos lexicais.

Desta maneira, consideramos fundamental definir alguns termos da Lexicologia, Lexicografia e da Linguística Aplicada que são empregados aqui, em (1). Na seção seguinte, em (2), apontamos alguns aspectos teóricos, práticos, problemas e soluções sobre o ensino de vocabulário em LE, e em nossa sala de aula de PLE. Finalmente, na seção (3), propomos uma atividade para o ensino de vocabulário em PLE, que abarca uma série de técnicas, estratégias e orientações para o aluno, dentro e fora de sala. Após essa seção, são feitas as considerações finais com alguns resultados e sugestões para pesquisas futuras.

## ASPECTOS TERMINOLÓGICOS

Nesta seção discorreremos a respeito de alguns termos que serão utilizados no presente trabalho com o intuito de sermos objetivos e evitarmos ambiguidade em nossa exposição. Como nosso tema envolve três áreas distintas: Lexicologia, Lexicografia e Linguística Aplicada, decidimos subdividir esta seção em duas partes: a primeira, que engloba a Lexicologia e a Lexicografia, que são áreas próximas, em (1.1); e a segunda, consistirá em termos da Linguística Aplicada, em (1.2).

### *Lexicologia e Lexicografia*

As definições de alguns termos na Lexicologia e Lexicografia ainda permanecem com certos problemas, por exemplo a definição de ‘palavra’, que não convém debatermos neste trabalho. Recorremos a publicações consideradas clássicas na Linguística, bem como outras específicas ou mais recentes, para delimitarmos o que entendemos como: ‘léxico’, ‘lexema’, ‘vocábulo’, ‘vocabulário’ e ‘dicionário’.

A começar pelo termo ‘léxico’, segundo Biderman (1996), compreendemos léxico como “o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua”, enquanto “vocabulário é o conjunto das realizações discursivas dessas mesmas unidades” (BIDERMAN, 1996, p. 32), ou seja, há uma relação entre léxico e vocabulário. Ademais, uma distinção importante para o ensino é feita por Genouvrier e Peytard (1974) entre ‘léxico geral’, que corresponde à definição de léxico apresentada, e ‘léxico individual’ é o conjunto de vocábulos que o aprendiz conhece.

Para definir ‘lexema’, utilizamo-nos de Coseriu (1981) e a distinção feita pelo autor, que considera ‘lexema’ a unidade lexical da língua, enquanto ‘vocábulo’ é a ocorrência dessa unidade no texto.

Apesar de não ser um dos enfoques deste texto, apresentamos uma definição de ‘dicionário’, já que o uso do deste tipo de obra é uma das estratégias de aprendizagem a que o aluno recorre. Pontes (2009) faz um apanhado das diferentes definições de ‘dicionário’, enfatizando seus aspectos mais importantes como: uma tecnologia que “descreve e

instrumentaliza uma língua e, ainda hoje, é considerado um dos pilares de nosso saber metalinguístico” (PONTES, 2009, p. 24); pode ser visto “como um repertório de palavras” que “organiza-se, na maioria das vezes, por ordem alfabética, para facilitar a consulta (ibidem, p. 24)”; e chama atenção para o “didatismo do dicionário”, o qual faz com que “este seja um instrumento pedagógico da maior importância, desde que cumpra convenientemente suas funções, entre tantas, a de auxiliar o aluno no desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e comunicação oral” (ibidem, p. 25)<sup>1</sup>.

Assim, destacamos o caráter mais abstrato do léxico, em contrapartida ao vocabulário, que tem por natureza ser mais concreto devido à língua em uso por meio do texto, bem como enfatizamos a estrutura descritiva e pedagógica existente nos dicionários. Esses conceitos, estando esclarecidos aqui, são importantes para o leitor e para a exposição das ideias em nosso texto.

### *Linguística Aplicada*

No campo da Linguística Aplicada, consideramos importante apresentar os conceitos de abordagem, método e técnicas, bem como algumas considerações relacionadas a eles.

A abordagem é definida como um posicionamento teórico e filosófico a respeito da língua e seu ensino (BROWN, 2000), que orienta as ações e decisões do professor, sendo que as principais ações/decisões são: planejamento, produção de materiais, escolha do(s) método(s) e avaliação dos alunos (ALMEIDA FILHO, 1993).

O método é um conjunto de regras, com base na abordagem, e experiências que o professor possui sobre os alunos, a sala de aula e a língua-alvo (ALMEIDA FILHO, 1993). Desta maneira, a escolha do método

---

<sup>1</sup> Para uma discussão detalhada e revisão bibliográfica desses conceitos, ver Welker (2004).

pelo professor é influenciada por vários fatores, mas são dominantes sua formação e sua abordagem. Como fazemos uso da abordagem comunicativa, logo, empregamos os métodos comunicativos que não se tratam de apenas um único, conforme Almeida Filho (1993) informa, “mas sim a adoção de princípios mais amplos como o foco no processo, nas maneiras específicas de como se aprende e de como se ensinam línguas” (FRANCO; ALMEIDA FILHO, 2009, p.18), visando adquirir a língua-alvo para que o aluno possa construir um discurso e realizar ações sociais e culturais conscientes e adequadas, chegando a uma autonomia na língua-alvo, em outras palavras:

(...) uma abordagem comunicativa ao ensino tem no aluno a sua figura central e é seu objetivo contribuir para o desenvolvimento da sua autonomia durante o processo de aprendizagem, tornando-o capaz de refletir sobre as várias dimensões da língua e combater uma visão retrograda da aprendizagem que terá por base o ensino normativo e sistêmico que culmina na avaliação, também ela normativa. (CARRILHO, 2015, p. 8)

Digno de nota, conforme a citação anterior, é que os métodos comunicativos não deixam de lado o ensino de gramática (ALMEIDA FILHO, 1993), bem como do vocabulário, mas o fazem visando a significação e relevância das mensagens, em situações reais de uso da língua, reduzindo o emprego de nomenclatura gramatical, apresentando tolerância quando o aluno utiliza sua L1 e procurando interpretar os desvios e não os encarar como erros. Ademais, o modelo de competência comunicativa para a abordagem comunicativa como método de ensino, proposto inicialmente por Canale e Swain (1980) e desenvolvido por Canale (1983), afirmava que essa competência envolvia uma competência em quatro áreas, a saber: competência gramatical, sociolinguística, discursiva e estratégica.

A técnica é caracterizada como todo tipo de recursos, práticas e/ou atividades que o professor utiliza em sala para atingir os objetivos de suas aulas e do planejamento. De acordo com esse conceito, a ‘técnica’ pode ser confundida com ‘estratégias de aprendizagem’, porém, para não haver tal confusão, utilizamo-nos, para as estratégias de aprendizagem, as concepções de Chamot (2004), a qual destaca que as estratégias de aprendizagem são

ações e comportamentos conscientes, ou parcialmente conscientes, que os alunos empregam, visando alcançar seus objetivos como aprendizes da língua-alvo.

As estratégias podem, ainda, ser classificadas em diferentes tipos, sendo que empregamos aqui para a nossa proposta, a classificação de Cohen (2012), que leva em consideração se as estratégias são de aprendizado ou uso, em qual domínio se aplicam e qual sua função, bem como as de Oxford e Crookall (1990), pelo fato de elaborarmos somente atividades contextualizadas ou semi-contextualizadas, e Oxford e Scarcella (1994), pois fazemos uso de estratégias para o ensino explícito e implícito do léxico.

## ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS PARA O ENSINO DE VOCABULÁRIO NA AULA DE PLE

Antes de falarmos sobre o uso de dicionários em nossos cursos de PLE, faz-se necessário elaborar algumas palavras sobre nossos planejamentos para situar melhor como trabalhamos o dicionário e o vocabulário dentro deles.

Nossos planejamentos são baseados em tarefas e em conteúdos, tendo como objetivo principal ensinar o público-alvo a interagir em língua portuguesa, nas mais diferentes situações do dia a dia (desde as mais informais até as formais), nas modalidades oral e escrita, por meio dos gêneros textuais mais empregados e reconhecendo ampla variação que o português sofre tanto no Brasil, quanto nos demais países em que é falado. Por isso, nossos cursos e atividades são pensados todos voltados para a interação, porém sem deixar também de considerar aspectos estruturais, mas que são ensinados dentro de situações de interação e contextualizados.

Optamos pelo planejamento baseado em tarefas pelo fato de este focar na comunicação (BEGLAR; HUNT, 2002), dando oportunidade aos alunos de aprenderem a usar a língua em situações comunicativas reais, por meio de tarefas que procuram simular tais usos. Em alguns momentos, empregamos também em nosso planejamento a orientação voltada para conteúdos, já que neste tipo de planejamento, de acordo com Byrnes (2005),

relaciona-se o ensino de língua e cultura de uma maneira comunicativa, a qual é o ponto principal de nossa abordagem.

Digno de nota é que o público-alvo o qual nos deparamos até hoje está localizado nas duas extremidades de proficiência, ou seja, são básicos ou avançados e como, geralmente, é exigido do professor elaborar antecipadamente os objetivos, as habilidades, as competências e os conteúdos, fizemo-los de maneira relativamente flexível, com certo espaço para serem adaptados especificamente para cada turma e modificados de acordo com as demandas de turmas.

Com base em nossa experiência em sala de aula de PLE, bem como nas pesquisas sobre aquisição e expansão de vocabulário em LE, as principais técnicas e estratégias são: o uso do dicionário; o trabalho com gêneros textuais diversos; a elaboração de listas de palavras e *flash cards*; a aprendizagem contextual do vocábulo (ing. *contextual guessing*); a utilização de textos multimodais, multissemióticos e hipertextos; a prática de games<sup>2</sup>.

Conforme já apresentamos anteriormente, empregamos a abordagem e os métodos comunicativos, bem como o planejamento baseado em tarefas e conteúdos. Assim, como uma solução em nossa prática e na elaboração de nossos planejamentos, não damos primazia a nenhuma dessas estratégias mencionadas, mas as empregamos em conjunto em sala de aula, de acordo com a necessidade do aluno e perfil da turma, visando alcançar uma independência em sua aprendizagem e a competência comunicativa em português.

Em relação ao uso do dicionário salientamos que, em momentos iniciais de nossos cursos, procuramos fazer uma apresentação mais teórica

---

<sup>2</sup> Com exceção dos textos multimodais, nosso trabalho com hipertexto e games se dá em outro momento do planejamento e por meio de outras estratégias que fogem do escopo do presente texto, por isso não as mencionamos aqui. Sobre os benefícios dos games, ver Ramos e Oliveira (2018), em que as autoras oferecem uma revisão das pesquisas já realizadas sobre o tema. Sobre as questões de gêneros textuais no ensino de PLE, ver Braidá (2008).

da obra lexicográfica (macroestrutura, microestrutura e medioestrutura) e destacar a importância da leitura do texto introdutório, ou explicativo, que o dicionário traz, já que estamos cientes de que muitas vezes faltam orientação e/ou explicações ao aluno em relação ao dicionário e seu manuseio, conforme apontam pesquisas, como Welker (2008), Liu (2014) e Veloso (2016). Da mesma forma, procuramos chamar atenção para o texto explicativo que a obra lexicográfica possui, pelo fato de quase não ser lido pelos alunos ou professores (VAN STERKENBURG, 2003), mas que é fundamental para um bom uso por parte do aluno.

Ademais, planejamos no meio do curso, ou um pouco antes, a depender de nossas observações, apenas uma atividade que junta práticas de leitura, tradução e retextualização (MARCUSCHI, 2000; DELL'ISOLA, 2007), com base no uso de dicionário. Os objetivos dessa atividade são: verificar se o aluno apresenta algum tipo de dependência ou uso indevido do dicionário e corrigi-los<sup>3</sup>; ampliar o uso do dicionário para diferentes práticas; desenvolver a compreensão do verbete lexicográfico.

A aprendizagem contextual do vocábulo é considerada importante por estudos feitos por Lawson e Hogben (1996) e Laufer e Hadar (1997). Foi comprovada que é realizada pelos falantes de L1 e tem efeitos positivos em aprendizes de LE, porém não deve ser exagerada ou usada como única opção. Por isso, orientamos os aprendizes a praticá-las, por meio da observação do assunto, do tema, dos elementos textuais e sintáticos (imediatamente anteriores e posteriores ao vocábulo). Aconselhamos também aos nossos alunos que essas observações contextuais devem ser feitas e tentadas antes de se recorrer ao dicionário. Ademais, como já adiantamos, utilizamo-nos no processo de aprendizagem do léxico de PLE

---

<sup>3</sup> Os principais problemas encontrados no uso dos dicionários são: a estratégia da regra infantil (ing. *Kidrule strategy*), descrita por Nesi e Meara (1994), e a ansiedade linguística. A primeira trata-se de o aluno consultar o dicionário e escolher uma definição aleatoriamente e passar a usá-la como equivalente, enquanto a segunda consiste na dependência que o aluno devolve pelo dicionário, bem como a insegurança linguística ao não poder recorrer a ele.

essa estratégia somada a várias outras. Assim, nossa orientação em sala de aula sobre essa estratégia visa não causar dependência de uso do dicionário.

Digno de nota é que adotamos o que chamamos de um misto de estratégias, pois isso está em acordo com o que se sabe atualmente em relação à frequência que o vocábulo deve aparecer para que o aluno o aprenda. Gu (2003) apresenta uma série de pesquisas em que se destaca o fato de essas ocorrências terem um número superior a oito; devem surgir em diferentes contextos; e o aluno ser exposto a atividades distintas. Isso se dá com o objetivo de o aluno expandir seu léxico individual, adquirindo o vocabulário, e não se limitar a atividades mecânicas, as quais visam ao ato de decorar e repetir.

Finalmente, após expormos o uso do dicionário na aula de PLE, a aprendizagem lexical, as dificuldades e os problemas que podem surgir para o aprendiz e as soluções, elaboramos, na seção seguinte, uma proposta de atividade que apresenta, na prática docente, o aprendizado do vocabulário e a expansão lexical do aluno de acordo com a abordagem comunicativa.

## PROPOSTA DE ATIVIDADE

A proposta de atividade que se encontra descrita nesta seção não recebe um nome próprio para ela em nossos planejamentos, tratam-se de um conjunto de técnicas e estratégias que reunimos em uma atividade, ou uma série de atividades, que tem entre os objetivos a aprendizagem/expansão do léxico individual e memorização/fixação dos vocábulos novos.

Para alcançar os objetivos almejados, esta atividade faz uso dos elementos mencionados na seção anterior: dicionário, *flash cards*, produção escrita e oral, diferentes gêneros textuais, diversas exposições aos vocábulos, situações comunicativas, entre outros. A seguir, apresentamos um esquema das três etapas da atividade e seus diferentes momentos para, posteriormente, detalhar cada um deles.

1ª etapa:

- Formação de grupos e divisão das estações;
- Leitura dos flash cards e dos recortes que estão na estação;

- Colocar os recortes em ordem para formar uma sentença;
- Consultar o dicionário caso tenha dúvida em algum vocábulo;
- Elaborar sentenças com os vocábulos dos flash cards.

2ª etapa:

- Apresentação do vocabulário para os outros grupos e das sentenças;
- Rotação das estações;
- Diálogo entre os grupos das diferentes estações;
- Correção colaborativa.

3ª etapa:

- Elaboração de *flash cards* manuais e virtuais;
- Montagem de novas sentenças;
- Apresentação para a turma;
- Possíveis diálogos e correções.

Na primeira etapa, o primeiro passo é formar grupos para cada um deles ficar nas estações, que nada mais são do que uma disposição das cadeiras em quadrantes e contém alguns *flash cards*<sup>4</sup> e umas sentenças recortadas para os alunos montarem na ordem e significado corretos. Recomendamos que cada estação tenha um vocabulário de um campo semântico específico, diferenciando uma estação da outra, bem como gêneros textuais também distintos, por exemplo: saúde e reportagem; esporte e crônica; alimentação e cardápio/ receita.

As orientações do professor serão que os alunos leiam os *flash cards* e as sentenças a fim de conhecer os primeiros e organizar corretamente as segundas. O professor deve aconselhar que o dicionário pode ser consultado, mas somente em casos em que o aluno não saiba o significado de algo na sentença ou a colocação de algum vocábulo. Após esses momentos, o professor solicita também que os alunos construam sentenças com os vocábulos dos *flash cards*.

---

<sup>4</sup> Sobre os *flash cards* como uma das melhores estratégias de aprendizado de vocabulário, ver Mondria e Mondria-de Vries (1994) e Schmitt e Schmitt (1995).

A segunda etapa é a mais comunicativa, pois com as tarefas da primeira etapa realizadas, o professor pede que cada grupo fale/ explique o vocabulário de sua estação para a sala, ou seja, as demais estações e instiga que ocorram perguntas, dúvidas e diálogo entre os grupos. Sendo feito esse momento da segunda etapa, o professor efetua a rotação das estações a qual os grupos mudam de mesas e observam os *flash cards* e sentenças do outro. Como já ocorreu a apresentação e o diálogo, o professor serve como um mediador da correção colaborativa em que um aluno, ou grupo, começa a verificar e revisar os problemas da produção dos demais<sup>5</sup>.

A terceira etapa é solicitada para ser feita em casa e entregue em uma aula seguinte, já que o professor orienta que os alunos façam seus próprios *flash cards* manuais do vocabulário da nova estação em que parou após a rotação, bem como escolhe um aplicativo para a confecção de *flash cards* virtuais<sup>6</sup>. O professor deve adiantar que se trata de uma atividade lúdica que será compartilhada com a turma e comparada as diferenças existentes entre os *flash cards* manuais e virtuais para um mesmo vocábulo. Da mesma maneira, o aluno deve elaborar sentenças com o novo vocabulário da estação a qual foi designado e, também, as apresentar em sala.

Finalmente, com o objetivo de avaliar e fechar a atividade, o professor realiza uma etapa semelhante a uma já citada, mediando novamente a interação entre os alunos sobre possíveis dúvidas, curiosidades, opiniões e temáticas interculturais, principalmente entre

---

<sup>5</sup> Seguimos a proposta de Miranda e Ferraz (2014) e Mafra e Barros (2017), em relação aos tipos de correções e revisões existentes. Utilizamos da correção em pares, em seguida, da revisão colaborativa feita entre os membros do mesmo grupo de cada estação. Ademais, para essa atividade, elaboramos para entregá-los uma ficha de revisão, também chamada de 'grade de controle' (MAFRA; BARROS, 2017).

<sup>6</sup> Há uma série de aplicativos para a elaboração de *flash cards* no ensino de LE, com os principais sendo: *anki*, *brainscape*, *chegg prep*, *cram.com*, *flashcards by rolandos*, *flashcards app* e *quizlet*. Apesar de não ser o escopo do presente texto, destacamos brevemente que nos utilizamos de uma série de recursos tecnológicos, na medida do possível, para o ensino de PLE, desde internet, sites, fóruns, plataformas, softwares e aplicativos até os dicionários on-line e em cd-rom.

algun vocabulo ou conceito lusófono que se destaque em relação a L1 do aprendiz, bem como as etapas de revisão e correção colaborativa e pelo professor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutimos no decorrer do texto, consideramos o aprendizado do vocabulário fundamental para o aprendiz de PLE, bem como estamos conscientes da necessidade de os professores estarem preparados para analisar os problemas que possam surgir no aprendizado de seus alunos e propor práticas que possam solucioná-los. Ademais, não se deve esquecer o dicionário que, apesar de seu papel secundário na aula que segue a abordagem comunicativa, é importante o professor de PLE saber escolher, ensinar e orientar os alunos a respeito da leitura e consulta desse material.

O que planejamos realizar, em um momento futuro de nossa investigação sobre as práticas em sala de aula de PLE, é uma investigação empírica e quantitativa, verificando se as diferentes estratégias e técnicas efetuadas têm efeito na expansão do vocabulário do aprendiz em PLE. Assim, deixamos aqui como sugestão de pesquisas futuras, investigações que possam elaborar processos capazes de medir e avaliar o grau de desempenho e desenvolvimento dos alunos em relação ao léxico individual em português para que se possa diferenciar, de maneira comprovada, quais técnicas e estratégias são positivas e quais não.

Finalmente, vale destacar que as atividades da aula comunicativa de PLE, de acordo com a que foi proposta neste capítulo, não descartam o dicionário, tampouco o ensino do vocabulário e a expansão do léxico individual do aluno, mas aparecem de maneira implícita em diferentes momentos das aulas e atividades, sendo um objetivo secundário destas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes Editores, 1993.

- BEGLAR, D.; HUNT, A. Implementing task-based language teaching. In: RICHARDS, J.; RENANDYA, W. (eds). *Methodology in Language Teaching: An Anthology of Current Practice*. Nova York: Cambridge University Press, 2002. p. 2276-2280.
- BIDERMAN, M. T. C. Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, v.40, p. 27-46, 1996.
- BRAIDA, F. As estratégias de tutoramento em livros didáticos de português língua estrangeira. *Linguagens & Cidadania*, v. 8, n. 2, 2006.
- BROWN, H. D. *Principals of Language Learning and Teaching*. New Jersey: Prentice Hall, 2000.
- BYRNES, H. Content-based foreign language instruction. In: SANZ, C. (ed.) *Mind and context in adult second language acquisition: Methods, theory, and practice*. Washington: Georgetown University Press, 2005. p. 282-302.
- CANALE, M.; SWAIN, M. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. *Applied Linguistics*, v. 1, n. 1, p.1-47, 1980.
- CANALE, M. From Communicative Competence to Communicative Language Pedagogy. In: RICHARD, J. C.; SCHMIDT, R. W. (Eds.). *Language and Communication*. Londres: Longman, 1983. p. 2-14.
- CARRILHO, A. R. *Aprendizagem Estratégica de Vocabulário em Português Língua Segunda e Português Língua Estrangeira*. 2015. Tese (Doutorado em Artes e Letras). Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2015.
- CHAMOT, A. U. Issues in language learning strategy research and teaching. *Electronic Journal of Foreign Language Learning*, v. 1, n. 1, p.14-26, 2004.
- COADY, J. L2 vocabulary acquisition: a synthesis of the research. In: COADY, J.; HUCKIN, T. (eds.). *Second Language Vocabulary Acquisition: A Rationale for Pedagogy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 273-290.
- COHEN, A. Strategies: the Interface of styles, strategies, and motivation on tasks. In: MERCER, S; RYAN, S; WILLIAMS, M. (Eds.). *Psychology for Language Learning: Insights from Research, Theory and Practice*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012. p. 136-150.
- COSERIU, E. *Principios de semántica estructural*. Madri: Gredos, 1981.
- DELL'ISOLA, R. L. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FRANCO, M. M.; ALMEIDA FILHO, J. C. P. O conceito de competência comunicativa em retrospectiva e perspectiva. *Revista Desempenho*, v. 10, n. 1, p. 4-22, 2009.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. *Linguística e Ensino do Português*. Coimbra: Almedina, 1974.

GU, Y. Vocabulary Learning in a Second Language: Person, Task, Context and Strategies. *Tesl-Ej*, v. 7, 2003. Disponível em: <https://www.tesl-ej.org/ej26/a4.html>. Acesso em: 02 de abr. de 2020.

LAUFER, B.; HADAR, L. Assessing the effectiveness of monolingual, bilingual, and "bilingualised" dictionaries in the comprehension and production of new words. *The Modern Language Journal*, v. 81, p. 189-196, 1997.

LAWSON, M; HOGBEN, D. The Vocabulary- Learning Strategies of Foreign- Language Students. *Language learning*, v. 46, n. 1, p. 101-135, 1996.

LIU, L. The Integration of Dictionary Use Strategy Training into Basic English Class. *Theory and Practice in Language Studies*, v. 4, n.10, p. 2138-2143, 2014.

MAFRA, G.; BARROS, E. Revisão coletiva, correção do professor e autoavaliação: atividades mediadoras da aprendizagem da escrita. *Diálogo das Letras*, v. 6, n. 1, p. 33-62, 2017.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2000.

MIRANDA, A.; FERRAZ, M. A produção textual sob a perspectiva do ISD: a reescrita em foco. *Eutomia*, v. 1, n. 14, p. 144-166, 2014.

MONDRIA, J.-A.; MONDRIA-DE VRIES, S. Efficiently memorizing words with the help of word cards and "hand computer": Theory and applications. *System*, v. 22, n. 1, p. 47-57, 1994.

NESI, H.; MEARA, P. Patterns of misinterpretation in the productive use of EFL dictionary definitions. *System*, v. 22, n. 1, 1-15, 1994.

OXFORD, R.; CROOKALL, D. Vocabulary Language: A critical Analysis of Teaching. *TESL Canada Journal*, v. 7, n. 2, p. 9-30, 1990.

OXFORD, R.; SCARCELLA, R. Second language vocabulary learning among adults: state of art in vocabulary instruction. *System*, v. 22, n. 1, p. 231-243, 1994.

PONTES, A. L. *Dicionário para uso escolar*. O que é, como se lê. Fortaleza: EdUECE, 2009.

RAMOS, D.; OLIVEIRA, M. Jogos digitais na aquisição de uma língua estrangeira: uma revisão de literatura. *Revista Educação e Linguagens*, v. 7, n. 13, p. 50-68, 2018.

SCHMITT, N.; SCHMITT, D. Vocabulary notebooks: Theoretical underpinnings and practical suggestions. *ELT Journal*, v. 49, n. 2, p.133-143, 1995.

VAN STERKENBURG, P. *A Practical Guide to Lexicography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003.

VELOSO, A. J. B. *O dicionário na aprendizagem de Línguas Estrangeiras: uma reflexão acerca do seu papel no processo de aprendizagem de Português Língua Estrangeira por sinofalantes*. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial). Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga. 2016.

WELKER, H. A. *Dicionários*. Uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

WELKER, H. A. Sobre o uso de dicionários. In: *CELSUL 2008* (8º Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul), 2008. Porto Alegre: Anais do 8º Encontro do CELSUL, 2008. p. 1-17.

## SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

### **Alexandre Xavier Lima**

CAp-UERJ – E-mail: alexandrexl@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0974650011740301>

### **Bruna Giovanna Oliveira Costa**

Técnica em Edificações pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

E-mail: [brunagicosta@outlook.com.br](mailto:brunagicosta@outlook.com.br).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1140544158672800>

### **Davi Albuquerque**

Tem experiência como professor de Português L1 e L2/LE em instituições nacionais e estrangeiras. Atua como revisor e autor de materiais didáticos de PLE. Membro de vários grupos de pesquisa e associações acadêmicas. Pesquisador com diversas publicações nas áreas de Linguística Aplicada ao PLE, Contato de Línguas e Ecolinguística. NELIM (Núcleo de Estudos de Ecolinguística e Imaginário) – Universidade Federal de Goiás (UFG) e GEPL (Grupo de Estudos de Linguística Ecolinguística) – Universidade de Brasília (UnB). E-mail: [albuquerque07@gmail.com](mailto:albuquerque07@gmail.com). Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4480651866994639>.

### **Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira**

CAp-UERJ – E-mail: [hilmaribeiro1976@gmail.com](mailto:hilmaribeiro1976@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5984768072538361>

### **Luís Henrique Serra**

Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [luis.ufma@gmail.com](mailto:luis.ufma@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8515662719068936>

### **Marcelo Sabino Luiz**

Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/São José do Rio Preto). Pesquisador do *GruPEL* (Grupo Paranaense de Estudos do Léxico/CNPQ). E-mail: [posgraduacaosabino@gmail.com](mailto:posgraduacaosabino@gmail.com).

### **Saulo Cunha de Serpa Brandão**

Graduou em Letras pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (1990), mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e doutorado em Letras na mesma universidade (2000), ambos os cursos na área de Teoria da Literatura. Foi pesquisador visitante na Illinois State University, Bloomington/Normal, a convite do English Department da instituição (1998). Cumpriu missão de pós-doutoramento na UFSC em 2003. Atualmente é professor Titular voluntário da Universidade Federal do Piauí, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras. Trabalha com Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas, atuando principalmente nos seguintes períodos: Literatura estadunidense pós-1920, literatura inglesa elisabetana e com interesse específico nos seguintes temas: Pynchon e Shakespeare; outros interesses: literatura brasileira de viés fantástico, literatura latino-americana de viés real-maravilhoso, ferramentas telemáticas, estilometria, lexicometria, pós-modernidade, representação e mimetismo. Tem as seguintes experiências administrativas: Chefe de Departamento (2001-2002); Coordenador de Pós-Graduação (2004); Coordenador Geral de Pesquisa da UFPI (2005); Presidente da COPEVE/UFPI (2007-2008); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (11/2008 - 1/2013). Em 9/2013 iniciou Estágio Sênior na University of Washington - Seattle e concluiu em 2/2015, com financiamento CAPES.

E-mail: [saulo@ufpi.edu.br](mailto:saulo@ufpi.edu.br).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3857487715990801>.

### **Theciana Silva Silveira**

Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: thecianasilveira@gmail.com. Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880163673053820>

### **Uélida Dantas de Oliveira**

Mestra em Letras pelo programa de pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: uelida1114@hotmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2761307321280165>

### **Valdirene Rosa da Silva Melo**

Possui mestrado em Letras pela Universidade Federal do Piauí, área de concentração em estudos literários (2012). Graduação em Licenciatura em Letras - Espanhol pela Universidade Estadual do Piauí (2003) e graduação em Licenciatura Plena em Letras- Português/Inglês pela Universidade Federal do Piauí (1994). Atualmente é professora do Governo do Estado do Piauí e professora da Prefeitura Municipal de Teresina. Possui interesse em línguas estrangeiras modernas (Inglês e Espanhol) e literatura, com ênfase nos temas de literatura realista-maravilhosa, literatura fantástica e literatura de viés alegórica.

E-mail: guaranimel@yahoo.com.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2793166589825698>.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **Everton Lourenço da Silva Maximo**

Graduado em Letras Português-Latim pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Linguística pela mesma Universidade. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria Linguística, Morfologia e Sintaxe, com produção acadêmica direcionada principalmente para os seguintes temas: Morfologia, Lexicologia, Interface Sintaxe-Semântica e História do Pensamento Linguístico. Atuou como professor na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, e atualmente atua como professor na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e na Faculdade Machado de Assis (FAMA), tendo orientado diversos Trabalhos de Conclusão de Curso. É Membro Associado do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Atua como parecerista e revisor em diversos periódicos acadêmicos, bem como integra o Conselho Científico da Revista Traduzir-se (FEUC).

E-mail: [everton.lourenco.maximo@gmail.com](mailto:everton.lourenco.maximo@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6550891117864799>



